

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	13
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	14
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	15
1.10 Informações de sociedade de economia mista	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	20
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	21
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	22
1.16 Outras informações relevantes	23
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	24
2.2 Resultados operacional e financeiro	26
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	39
3.2 Acompanhamento das projeções	40

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	46
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	47
4.4 Processos não sigilosos relevantes	48
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	58
4.6 Processos sigilosos relevantes	59
4.7 Outras contingências relevantes	60
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	62
5.2 Descrição dos controles internos	63
5.3 Programa de integridade	65
5.4 Alterações significativas	67
5.5 Outras informações relevantes	68
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	69
6.3 Distribuição de capital	74
6.4 Participação em sociedades	75
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	76
6.6 Outras informações relevantes	77
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	78
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	82
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	83
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	84
7.4 Composição dos comitês	93
7.5 Relações familiares	96
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	97
7.7 Acordos/seguros de administradores	98
7.8 Outras informações relevantes	99
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	100

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	104
8.3 Remuneração variável	108
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	109
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	110
8.6 Outorga de opções de compra de ações	111
8.7 Opções em aberto	112
8.8 Opções exercidas e ações entregues	113
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	114
8.10 Outorga de ações	115
8.11 Ações entregues	116
8.12 Precificação das ações/opções	117
8.13 Participações detidas por órgão	118
8.14 Planos de previdência	119
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	120
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	121
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	122
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	123
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	124
8.20 Outras informações relevantes	125
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	126
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	127
9.4 Outras informações relevantes	128
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	129
10.1 Descrição dos recursos humanos	131
10.2 Alterações relevantes	132
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	133
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	135
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	136
10.5 Outras informações relevantes	137
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	138
11.2 Transações com partes relacionadas	139
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	141
11.3 Outras informações relevantes	146
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	147
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	148
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	149
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	150
12.5 Mercados de negociação no Brasil	151
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	152
12.7 Títulos emitidos no exterior	153
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	154
12.9 Outras informações relevantes	155
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	156
13.1 Declaração do diretor presidente	157
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	163
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	169
13.2 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	170

1.1 Histórico do emissor



1. Atividades do Emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor:

A Siderúrgica J.L. Aliperti S.A. – também denominada “Companhia” neste Formulário de Referência – teve sua origem em 1924, na cidade de São Paulo (SP), com a fundação da oficina J.L. Aliperti Irmãos & Cia Ltda., inicialmente dedicada ao conserto de carroças e charretes no bairro do Brás.

Nos anos subsequentes à sua fundação, a Companhia expandiu gradualmente suas atividades para a fabricação de molas para caminhões, consolidando sua atuação no segmento metalúrgico em razão da qualidade de seus produtos e da crescente demanda do mercado industrial.

Em 1932, a Companhia inaugurou sua fábrica de aço no bairro da Água Funda, em São Paulo (SP), dando início à produção de perfis metálicos e vergalhões destinados ao setor da construção civil e ao mercado de exportação. A partir desse período, a Companhia passou a ocupar posição de relevância no setor siderúrgico nacional.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a Companhia promoveu a expansão de sua capacidade produtiva e a diversificação de seu portfólio de produtos, acompanhando o desenvolvimento industrial brasileiro e o crescimento do setor da construção civil.

Nas décadas de 1960 e 1970, foram realizados investimentos significativos em modernização industrial e aprimoramento tecnológico, com a atualização do parque fabril e a implementação de processos produtivos mais eficientes e compatíveis com os avanços do setor siderúrgico à época.

Durante a década de 1980, a Siderúrgica J.L. Aliperti S.A. consolidou sua posição entre as relevantes empresas do setor siderúrgico brasileiro, sendo reconhecida pela tradição industrial, qualidade de seus produtos e capacidade operacional.

Na década de 1990, a Companhia iniciou processo de diversificação de seus negócios, mediante a constituição de novas empresas e ampliação de suas atividades empresariais em diferentes segmentos.

Em 1998, entretanto, a Companhia arrendou o seu parque industrial à Gerdau S.A., marco que representou uma reestruturação estratégica de suas operações industriais, deixando assim de atuar do setor de siderurgia.

A partir dos anos 2000, a Companhia passou a atuar predominantemente como holding e controladora de participações societárias, direcionando as atividades de suas controladas para exploração de ativos imobiliários rurais e urbanos, exploração de atividades agropecuárias, arrendamento de terras e participação em parcerias para atividades rurais.

Em 2025, a Companhia promoveu alteração de seu objeto social, com a exclusão das atividades

1.1 Histórico do emissor



relacionadas à siderurgia, bem como alterou sua denominação social de Siderúrgica J.L. Aliperti S.A. para Aliperti S/A, refletindo o novo direcionamento estratégico de suas atividades e de sua estrutura empresarial.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas:

A principal atividade da Companhia é a participação em outras companhias ou sociedades como acionista, sócia ou quotista, além de locação de espaço. Adicionalmente, a Companhia desenvolve, através de suas controladas, as seguintes atividades: (i) administração de bens próprios, (ii) exploração de atividades agropecuárias em geral, (iii) arrendamento de terras ou participação em parcerias para atividades rurais.

Participação em Outras Sociedades:

A Companhia atua na gestão e direcionamento estratégico de seu portfólio, participando do capital social de diversas sociedades na qualidade de sócia ou acionista (“Controladas”).

Locação de Espaço:

A Companhia desenvolve diretamente a atividade de otimização de seus ativos imobiliários, com foco na locação e sublocação de módulos e espaços de suas antigas instalações industriais. Essa atividade visa à monetização de ativos tangíveis e à geração de receitas complementares de aluguel.

No âmbito de sua estratégia de alocação de capital, a Companhia monitora e avalia continuamente oportunidades de investimento em novos segmentos de negócios.

Em relação às suas controladas, destaca-se abaixo cada produto e serviço comercializados:

a. Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. | CNPJ: 23.372.927/0001-58 (“Agroeldorado”)

A Agroeldorado possui atividades agrícolas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme segue:

- **São Paulo:** Município de Sarapuí, Atividade de extração de resina de pinus.
- **Minas Gerais:** Cultivo de cana-de-açúcar na modalidade de parceria agrícola com a Usina Uberaba S/A como principal atividade.
- **Mato Grosso do Sul:** Arrendamento de uma área rural para a Cia Suzano S/A., onde é realizado o plantio de eucalipto.

b. RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. | CNPJ: 51.947.265/0001-32 (“RMCA”)

A RMCA tem como atividades principais a administração, incorporação e comercialização de imóveis, por conta própria ou de terceiros.

c. Eldorado Box Locação de Espaço Ltda. | CNPJ: 19.427.607/0001-80 (“Box Extra”)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



A Box Extra se dedica à locação de boxes no modelo *storage* e escritórios no modelo *coworking*.

d. S/A Agro Industrial Eldorado | CNPJ: 61.288.874/0001-80 (“S/A Agro”)

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas.

e. Guardamax Armazéns Gerais Ltda. | CNPJ: 23.313.796/0001-38 (“Guarda Max”)

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas.

f. Eldorado Comércio e Ferro e Aço Ltda. | CNPJ: 52.139.177/0001-77 (“Ferro e Aço”)

As atividades operacionais encontram-se paralisadas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as informações abaixo:

A. Produtos e Serviços Comercializados

No exercício encerrado em 31/12/2025, o segmento operacional da Aliperti que correspondeu à principal fonte de receita da Companhia foi a participação em outras companhias ou sociedades como acionista, sócia ou quotista, além de locação de parte de suas instalações. Em relação às suas controladas, destaca-se abaixo cada produto e serviço comercializados por cada uma delas:

a.1. Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. | CNPJ: 23.372.927/0001-58 ("Agroeldorado")

A Agroeldorado possui atividades agrícolas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme segue:

- **São Paulo:** Município de Sarapuí, Atividade de extração de resina de pinus.
- **Minas Gerais:** Cultivo de cana-de-açúcar na modalidade de parceria como principal atividade.
- **Mato Grosso do Sul:** Arrendamento de uma área rural para a Cia Suzano S/A., onde é realizado o plantio de eucalipto.

a.2. RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. | CNPJ: 51.947.265/0001-32 ("RMCA")

A RMCA tem como atividades principais a administração, incorporação e comercialização de imóveis, por conta própria ou de terceiros.

a.3. Eldorado Box Locação de Espaço Ltda. | CNPJ: 19.427.607/0001-80 ("Box Extra")

A Box Extra se dedica à locação de boxes no modelo storage e escritórios no modelo coworking.

a.4. S/A Agro Industrial Eldorado | CNPJ: 61.288.874/0001-80 ("S/A Agro")

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas, não havendo, portanto, comercialização de produtos ou serviços.

a.5. Guardamax Armazéns Gerais Ltda. | CNPJ: 23.313.796/0001-38 ("Guarda Max")

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas, não havendo, portanto, comercialização de produtos ou serviços.

a.6. Eldorado Comércio e Ferro e Aço Ltda. | CNPJ: 52.139.177/0001-77 ("Ferro e Aço")

Atualmente as atividades operacionais estão paralisadas, não havendo, portanto,

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



comercialização de produtos ou serviços.

B. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Vide Quadro informativo do item “C” abaixo.

C. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

ALIPERTI S/A		%	AGROELDORADO		%	S A AGRO		%	ELDORADO FERRO		%
RECEITAS DE VENDAS 2025	1.347.639,82	100,00%	RECEITAS DE VENDAS 2025	66.196.151,36	100,00%	RECEITAS DE VENDAS 2025	-	0,00%	RECEITAS DE VENDAS 2025	-	0,00%
VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%
VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	39.412.079,52	65,47%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%
VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	73.702,50	0,12%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%
RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	8.560.682,25	14,22%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%
RECEITA DE LOCAÇÃO	1.347.639,82	100,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	12.149.695,79	20,16%	RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%
LUCRO 2025	16.936.623,46		LUCRO 2025	29.286.136,52		LUCRO 2025	161.593,67		LUCRO 2025	3.577.714,77	

BPICA		%	GUARDA MAX		%	BOX LOCAÇÃO		%
RECEITAS DE VENDAS 2025	-	0,00%	RECEITAS DE VENDAS 2025	-	0,00%	RECEITAS DE VENDAS 2025	5.726.943,79	100,00%
VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%	VENDAS MADEIRA	-	0,00%
VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%	VENDA DE CANA DE AÇÚCAR	-	0,00%
VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%	VENDA GOMA RESINA DE PINUS	-	0,00%
RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%	RECEITA ARRENDAMENTO	-	0,00%
RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%	RECEITA DE LOCAÇÃO	-	0,00%	RECEITA DE SERVIÇOS COWORKING	114.175,56	5,46%
PREJUÍZO 2025	-556.292,81		LUCRO 2025	4.957,83		RECEITA DE LOCAÇÃO	5.412.768,23	94,51%
						LUCRO 2025	2.843.912,74	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

A principal atuação da Companhia se dá mediante participação em outras companhias ou sociedades como acionista, sócia ou quotista, além de locação de suas instalações, compostas por galpões e pátios.

A Companhia segue analisando e avaliando outros segmentos de negócios para investimento.

b. Características do processo de distribuição Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.

A produção de cana-de-açúcar é efetuada em parceria com a Usina Uberaba S/A - região do Triângulo Mineiro - em Minas Gerais. A colheita e processamento são realizados pela própria Usina Uberaba nas suas instalações industriais.

Nas áreas rurais do Mato Grosso do Sul - arrendada para a Suzano S/A - é realizado plantio de eucalipto que será utilizado na produção de celulose e é a própria Suzano quem realiza o corte e transporte da madeira para sua unidade industrial de processamento.

b.2. RMCA Incorporação e Planejamento Ltda.

Em relação às atividades da RMCA Incorporação e Planejamento Ltda., o processo de distribuição é realizado através de corretores, independentes ou não.

b.3. Eldorado Box Locação de Espaços Ltda.

A Eldorado Box Locação de Espaços Ltda. efetua a prestação de serviços de locação de espaços temporários para armazenagem (*selfstorage*) e *coworking* (escritórios virtuais), de forma independente e autônoma com sua própria equipe de vendedores e gerentes.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

c.1. participação em cada um dos mercados

A Companhia não atua diretamente no mercado sucroenergético, participando deste segmento exclusivamente por meio de sua controlada Agroeldorado, que mantém contrato de parceria agrícola de longo prazo com a Usina Uberaba S/A para o cultivo de cana-de-açúcar em Minas Gerais. Esse setor é altamente competitivo e caracterizado pela flexibilidade das usinas em oscilar a produção entre açúcar e etanol conforme a rentabilidade do momento, além de forte volatilidade de preços balizados pelo mercado internacional, pelas políticas de combustíveis fósseis e pelas referências do sistema Consecana. Recentemente, o cenário competitivo também passou a ser influenciado pela expansão do etanol de milho, que elevou a oferta interna do biocombustível. Diante desse panorama, o modelo de parceria agrícola adotado pela

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Agroeldorado mitiga os riscos operacionais de escoamento da produção, embora suas receitas permaneçam indiretamente expostas às oscilações de preços e de produtividade do setor.

Mercado de madeira de eucalipto

A Companhia não atua diretamente no mercado de produção, processamento ou comercialização de commodities florestais, limitando sua exposição ao setor à gestão de seu patrimônio imobiliário rural. Nesse contexto, sua controlada Agroeldorado possui uma área rural no Estado do Mato Grosso do Sul que se encontra integralmente arrendada para a Cia Suzano S/A, configurando uma operação de longo prazo com foco na viabilização do plantio de eucalipto pela contraparte. As condições de competição e a forte demanda nesse setor florestal, impulsionadas pela expansão de indústrias de celulose e biomassa na região Centro-Oeste, geram maior disputa por terras adequadas e a consequente valorização patrimonial dos imóveis rurais. Diante disso, o modelo de negócios focado exclusivamente no arrendamento da terra para um grande *player* consolidado do mercado mitiga os riscos operacionais e de crédito, garantindo a estabilidade e a previsibilidade da receita imobiliária da controlada, com dinâmica semelhante à de um fluxo de aluguéis.

Mercado Imobiliário e de Incorporação

A Companhia não atua de forma direta no desenvolvimento de projetos imobiliários, limitando sua exposição a este segmento por meio de participação em sociedade controlada atuante na administração e comercialização de ativos. O modelo de negócios adotado prevê a contratação de parceiros especializados para a execução operacional das atividades setoriais, estratégia que visa mitigar custos estruturais fixos e reduzir a exposição direta a pressões inflacionárias de insumos e às condições de concorrência do mercado local.

Mercado de *selfstorage* e *coworking*

A Companhia participa indiretamente deste mercado por meio de sua controlada Eldorado Box, que atua de forma integrada como proprietária dos ativos imobiliários e operadora direta de suas unidades. No segmento de escritórios compartilhados (*coworking*), o mercado é impulsionado pela demanda corporativa por flexibilidade contratual e otimização de custos operacionais, com receitas derivadas de prestação de serviços de curto e médio prazo, além da locação de salas privadas e posições de trabalho. Paralelamente, o mercado de auto armazenamento (*self storage*) responde ao adensamento urbano, à redução das metragens de imóveis residenciais e ao crescimento do comércio eletrônico, que demanda micro centros de distribuição logística descentralizados. Trata-se de setores competitivos e dinâmicos, cujas condições de concorrência nos eixos urbanos exigem eficiência na taxa de ocupação das unidades e controle de custos fixos, sendo o modelo de negócios da controlada estruturado para capturar receitas imobiliárias recorrentes e mitigar a dependência de locações de terceiros.

c.2. condições de competição nos mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Não aplicável.

d. eventual sazonalidade

Dadas as características das receitas da Companhia, decorrentes primordialmente da locação de suas áreas industriais e do fluxo de rendimentos imobiliários e contratuais de suas empresas controladas, o efeito da sazonalidade não exerce impacto relevante sobre as suas contas de resultado. O modelo de negócios fundamentado em contratos de longo prazo, como os de arrendamento e parceria agrícola, além das receitas recorrentes de locação, garante estabilidade e previsibilidade ao fluxo de caixa ao longo dos trimestres, mitigando as flutuações sazonais típicas das atividades operacionais diretas de campo.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

e.1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Dada a natureza das atividades da Companhia e de suas controladas, focadas exclusivamente em gestão patrimonial, locação, parcerias agrícolas e arrendamento de terras, o grupo não possui processos industriais ativos. Portanto, as operações não demandam a aquisição de matérias-primas ou insumos produtivos. Por essa razão, a Companhia não mantém contratos de fornecimento relevantes e suas atividades não estão sujeitas a controles, regulamentações governamentais específicas ou órgãos reguladores direcionados a cadeias de suprimentos.

e.2. eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme exposto no item anterior, dado que as atividades do grupo não demandam processos fabris ou a aquisição de insumos operacionais, não há dependência da Companhia ou de suas controladas em relação a fornecedores.

e.3. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não apresenta exposição direta à volatilidade de preços de insumos, uma vez que não demanda matérias-primas. No âmbito de suas receitas, exceto pelos rendimentos da parceria agrícola de cana-de-açúcar — que acompanham as variações do sistema Consecana —, os demais recebíveis do grupo decorrem de contratos imobiliários e de serviços reajustados por índices financeiros oficiais, o que confere estabilidade e previsibilidade aos resultados.

1.5 Principais clientes



1.5. Principais Clientes (identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando):

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Considerando o modelo de negócios da Companhia como holding de participações, suas receitas consolidadas concentram-se nos fluxos provenientes de suas controladas. No âmbito de uma de suas sociedades controladas, identificam-se contrapartes comerciais que representam, individualmente, mais de 10% da receita líquida total consolidada do grupo, quais sejam: Suzano S.A. e Usina Uberaba S.A.. Em relação às demais controladas, suas atividades apresentam receitas pulverizadas no mercado ou estão voltadas para a administração patrimonial e de projetos, não havendo clientes individuais que atinjam o referido patamar de relevância sobre o faturamento do grupo no período.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas provenientes dos clientes identificados no item anterior afetam exclusivamente o segmento de agronegócio (parceria agrícola e arrendamento de terras rurais) da Companhia, correspondendo à totalidade do faturamento dessa unidade operacional.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da holding não demandam autorizações governamentais específicas para o seu exercício. No âmbito de suas controladas, as operações da Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. e os ativos imobiliários rurais da S/A Agro Industrial Eldorado submetem-se à regulação estatal setorial, em especial às legislações agrária e ambiental. Essas atividades estão sujeitas à fiscalização de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e órgãos ambientais estaduais competentes. O grupo mantém histórico de relacionamento regular com a administração pública, possuindo suas propriedades devidamente cadastradas, georreferenciadas e com as licenças ambientais regularizadas. Quanto à controlada RMCA Incorporação e Planejamento Ltda., por adotar modelo de terceirização integral de obras, a obtenção de alvarás e licenciamentos edilícios fica sob a responsabilidade técnica das construtoras parceiras. Por fim, as operações de locação de espaços da Eldorado Box sujeitam-se apenas às normas gerais de posturas municipais, segurança e alvarás de funcionamento aplicáveis ao comércio local, sem dependência de autorizações regulatórias especiais.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A administração da Companhia pauta a condução de seus negócios e o monitoramento de suas controladas pelo estrito cumprimento das normas legais vigentes nas esferas ambiental, trabalhista e social. O grupo adota práticas de governança voltadas à mitigação de riscos regulatórios, assegurando a conformidade das suas propriedades rurais com o Código Florestal e garantindo que os contratos de parceria e locação exijam o mesmo padrão de regularidade socioambiental de suas contrapartes.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e suas controladas não possuem dependência de patentes, marcas registradas, concessões públicas, franquias ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento e continuidade de suas atividades. A manutenção de seus negócios está vinculada unicamente às licenças ambientais, cadastros rurais e alvarás operacionais de rotina mencionados na alínea "a".

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



d.1. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos:

Não houve contribuições dessa natureza no período.

d.2. em favor de partidos políticos:

Não houve contribuições dessa natureza no período.

d.3. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos:

Não houve contribuições dessa natureza no período.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A totalidade (100%) das receitas operacionais e imobiliárias obtidas pela Companhia e por suas empresas controladas é proveniente de clientes localizados no Brasil, país-sede do emissor. Dessa forma, a integralidade do faturamento líquido consolidado do grupo está vinculada ao mercado nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia e suas controladas não auferem receitas originadas no exterior, de modo que a participação de países estrangeiros na receita líquida total do emissor é inexistente (0%).

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira



1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor:

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual específico ou em qualquer outro documento exclusivo destinado a esta finalidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista a não emissão de relatório ou documento específico com informações ASG pela Companhia.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não produz ou divulga relatório ou documento dessa natureza.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, diante da inexistência de documento específico publicado para esta finalidade.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável. A Companhia não adota formalmente uma matriz de materialidade ou indicadores-chave de desempenho ASG estruturados em relatórios corporativos.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, em razão da não elaboração de documento ou relatório específico atrelado a metas formais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, visto que a Companhia não adota ou reporta informações baseadas nas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



recomendações da TCFD ou de outras entidades voltadas a divulgações climáticas formais.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários formais de emissão de gases do efeito estufa, restando prejudicada a indicação de escopos ou de endereço eletrônico para consulta.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i.** a não divulgação de informações ASG
- ii.** a não adoção de matriz de materialidade
- iii.** a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv.** a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v.** a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi.** a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A não divulgação de relatórios ASG dedicados, bem como a não adoção das metodologias, matrizes, indicadores e inventários listados nas alíneas anteriores, decorre do porte da Companhia e do atual modelo de negócios da Companhia como holding de participações. Devido à sua estrutura corporativa enxuta e à ausência de atividades operacionais diretas de grande impacto, a administração entende que a implementação de estruturas e processos metodológicos formais neste momento geraria custos desproporcionais aos benefícios gerados.

Não obstante a ausência de relatórios ou indicadores formais, a Companhia pauta a condução de seus negócios e o monitoramento de suas controladas pelo estrito cumprimento das legislações vigentes nas esferas ambiental, social, trabalhista e de governança. No âmbito de suas sociedades investidas, o grupo foca seus esforços na garantia da regularidade jurídica, no cumprimento integral das normas setoriais e na obtenção e renovação rigorosa de todas as licenças e cadastros obrigatórios junto aos órgãos reguladores competentes. Caso a expansão dos negócios ou o desenvolvimento de novos projetos passem a demandar a formalização de métricas ASG específicas, a Companhia promoverá as adequações e divulgações necessárias.

1.10 Informações de sociedade de economia mista



1.10. Informações de Sociedade de Economia Mista:

- a. **interesse público que justificou sua criação**
- b. **atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. **processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

A Companhia não é Sociedade de Economia Mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante



1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Não houve aquisição ou alienação relevante.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital



1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Em 30 de janeiro de 2026, foi realizada uma reorganização societária por meio da cisão de uma sociedade controlada (Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.), resultando na constituição de uma nova empresa (Agroeldorado Atividades Rurais Ltda.). A operação consistiu na reversão e segregação de ativos específicos entre as entidades, com o objetivo de otimizar a estrutura operacional e tributária do grupo. Ressalta-se que a referida reorganização não envolveu alienação de ativos para terceiros nem a redução da participação societária da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de controle nas companhias resultantes.

1.13 Acordos de acionistas



1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Foi celebrado acordo de acionistas em 13/06/2025 entre Ana Regina Aliperti, Caetano Aliperti, José Luiz Aliperti Neto, atuais acionistas controladores da Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios



1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Não houve alteração na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas



1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não foram celebrados contratos entre as Controladas e a Companhia que não fossem diretamente relacionados com suas atividades principais.

1.16 Outras informações relevantes



1.16. Outras informações relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seus negócios e cumprir suas obrigações a curto e médio prazo.

b. estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia tem recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo necessidade a Companhia pode acessar o mercado financeiro brasileiro para atender suas eventuais necessidades de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamento BNDES

O saldo encontra-se sub judice. A Companhia através de Laudo Pericial, está atualizando seu valor por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras que sejam relevantes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável aos contratos firmados pela companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

No exercício de 2025, ocorreu uma alteração significativa em outras receitas operacionais na demonstração do resultado com redução de R\$55.007, em 2024, para R\$22.911, em 2025, considerando que no ano de 2024, houve o recebimento de receita extraordinária oriunda de acordo judicial. Importa ressaltar, ainda, a redução de despesas tributárias de R\$17.236 no exercício de 2024 para R\$8.271 no exercício de 2025, em razão da liquidação de parcelamentos tributários.

2.2 Resultados operacional e financeiro



2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia entende que este item não é aplicável e, portanto, não tem componentes importantes da receita para comentar.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia entende que não há fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliperti S.A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A diretoria concorda com o parecer emitido pela GF Auditores Independentes (“Auditoria Independente” ou “Auditor”) a respeito das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025, esclarecendo que na elaboração das referidas demonstrações observou-se a aplicação das normas e interpretações vigentes.

O relatório da Auditoria Independente não apresentou opiniões modificadas com relação às demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2025.

Quanto às ênfases apresentadas pelo Auditor temos os seguintes comentários:

Obrigações existentes junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A diretoria da Companhia esclarece que vem acompanhando todo trâmite processual relacionado ao processo com o BNDES, em conjunto com os advogados que atuam em nome da Companhia. Até o momento (31/12/2025), não existe consenso entre as partes litigantes do processo, quanto ao valor do débito, de todo modo, a diretoria entende que o valor provisionado, atenderá a projeção.

Reapresentação dos valores correspondentes

Houve a reapresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Individual e Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de forma a refletirem uma melhor apresentação e comparabilidade das informações apresentadas decorrentes da:

- a) revisão na forma de recolhimento do INSS de empresa controlada, a Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.: foi identificado que o procedimento estava sendo efetuado de forma incorreta, possibilitando um saldo líquido positivo em favor da Companhia; e
- b) falha ocorrida em processo de consolidação dos valores, com uma eliminação indevida, necessitando ajustes na demonstração financeira do exercício de 2024.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases



Diante disso, a diretoria solicitou aos setores envolvidos nesses procedimentos, a adoção de diligências e reforço nos controles internos, visando a mitigação de qualquer equívoco na elaboração das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

A diretoria tem se empenhado na redução das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, o que é possível observar em razão da redução dessa espécie de passivo no decorrer dos últimos exercícios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis



2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs



2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 30 de janeiro de 2026, a administração da Companhia aprovou o processo de cisão parcial da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., com a criação de uma nova empresa denominada Agroeldorado Atividades Rurais Ltda. A referida operação é justificada em função da intenção da administração em separar parte do patrimônio da Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. em busca de uma melhor gestão operacional dos ativos não transferidos para a Agroeldorado Atividades Rurais Ltda, passando a ter uma operação exclusivamente dedicada às atividades imobiliárias.

2.7 Destinação de resultados



2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Reserva Legal; calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

Retenção de Lucros: foi realizada a retenção de lucros do exercício de 2025, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), com base em orçamento de capital apresentado.

Reserva de Lucros a Realizar: constituída em exercício(s) anterior(es) em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação vigente e, adicionalmente, ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Lucros a Realizar. Em 16/12/2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, de forma antecipada, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.087.831,98.

Esse valor corresponde à soma dos seguintes itens: (i) dividendos obrigatórios (R\$ 4.022.780,57); (ii) dividendos adicionais decorrentes (a) de reversão de reserva de lucros a realizar (R\$ 4.446.658,65); e (b) de reversão de reserva de retenção de lucros (R\$ 21.618.392,76).

Abaixo segue o detalhamento da destinação do lucro do exercício de 2025 e dos dividendos aprovados:

<i>Descrição</i>	<i>Valores em R\$</i>
<i>Destinação do Resultado do Exercício de 2025:</i>	
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	16.938
<i>(-) Reserva de Legal - 5%</i>	<i>(847)</i>
<i>(=) Lucro Líquido Ajustado</i>	16.091
<i>Dividendos Obrigatórios - 25% do Lucro Líquido Ajustado</i>	4.023
<i>Constituição de Reserva de Retenção de Lucros</i>	12.068
<i>Distribuição de Dividendos Adicionais:</i>	
<i>Reversão de Reserva de Lucros a Realizar (i)</i>	4.447
<i>Reversão de Reserva de Retenção de Lucros</i>	21.618
<i>Total de Dividendos Adicionais</i>	26.065
<i>Total: Dividendos do Exercício + Dividendos Adicionais</i>	30.088

(i) O montante de R\$ 4.446.658,65 corresponde à parcela dos dividendos registrada

2.7 Destinação de resultados



na conta de reserva de lucros a realizar em exercícios anteriores, que está sendo acrescida nos dividendos propostos do exercício corrente, nos termos da Lei das S.A., em virtude da realização financeira durante o exercício de 2025.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aplicável, ocorre anualmente. No ano de 2026, os dividendos serão pagos em 02 (duas) parcelas, nas seguintes datas. A primeira parcela foi paga em 21 de maio de 2026 e a segunda parcela será paga até o dia 30 de outubro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, observadas as exigências legais.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs



2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não houve a ocorrência.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não houve a ocorrência.

iii. contratos de construção não terminada

Não houve a ocorrência.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não houve a ocorrência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os itens relevantes já foram demonstrados.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados



2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios



2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não existem.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem.

2.10 Planos de negócios



d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não existem.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas



3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não adota como prática divulgar suas projeções e estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções



3.2. Acompanhamento das projeções 3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de seus indicadores nos 3 últimos exercícios.

4.1 Descrição dos fatores de risco



4. Fatores de Risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados ao emissor:

Dependência do Fluxo de Recursos das Sociedades Investidas

Como uma holding de participações, a Companhia não desenvolve atividades operacionais diretas, dependendo substancialmente dos resultados financeiros, geração de caixa e distribuição de dividendos de suas sociedades investidas. Consequentemente, eventuais contingências operacionais, revisões contratuais desfavoráveis ou dificuldades financeiras enfrentadas por essas controladas impactarão de forma reflexa os resultados consolidados e a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, o crescimento e a rentabilidade do grupo estão vinculados à capacidade da administração em acompanhar a execução das estratégias de negócios, com foco na eficiência operacional e na identificação de novas oportunidades de diversificação. A incapacidade de implementar tais diretrizes ou de adaptar o portfólio de participações às demandas de seus respectivos mercados poderá afetar as projeções de crescimento, impactando negativamente o valor das participações e as ações de emissão da Companhia.

b) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados ao controlador diretor ou indireto ou grupo de controle:

Influência do Grupo de Controle nas Decisões Estratégicas e na Política de Dividendos

Os acionistas controladores da Companhia detêm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, direcionando as orientações estratégicas, societárias e operacionais do grupo. Essa prerrogativa inclui a deliberação sobre reorganizações societárias, alienações de ativos, aumentos de capital e a política de distribuição de dividendos além do mínimo obrigatório. O risco reside na possibilidade de as decisões do grupo de controle divergirem das expectativas de liquidez ou rentabilidade imediata dos acionistas minoritários. Adicionalmente, como a Companhia atua como holding e depende essencialmente do fluxo de dividendos e repasses contratuais de suas controladas para fazer frente às suas obrigações e remunerar seus investidores, decisões estratégicas dos controladores que priorizem a retenção de lucros para novos investimentos, manutenção patrimonial ou expansão das atividades imobiliárias, de serviços e de agronegócio no âmbito de suas investidas podem limitar a disponibilidade imediata de caixa na holding, impactando potencialmente o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

c) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus acionistas:

4.1 Descrição dos fatores de risco



Riscos Relacionados à Liquidez das Ações e à Distribuição de Proventos aos Acionistas

Os investimentos nas ações de emissão da Companhia envolvem riscos atrelados à liquidez e à dinâmica de distribuição de proventos aos seus acionistas. Uma vez que a Companhia atua como uma holding, sua capacidade de gerar lucros distribuíveis e pagar dividendos, está estritamente subordinada ao fluxo de caixa, aos resultados operacionais e ao efetivo pagamento de dividendos de suas sociedades investidas atuantes nos segmentos de agronegócio, serviços e imobiliário. Eventuais retenções de lucros no âmbito dessas sociedades controladas para fazer frente a seus respectivos planos de investimentos operacionais e comerciais reduzirão a disponibilidade de caixa imediata na holding, impactando diretamente a rentabilidade esperada pelos detentores de suas ações. Adicionalmente, as ações de emissão da Companhia podem apresentar baixa liquidez no mercado ou flutuações de preço decorrentes de um volume limitado de negociações, o que pode dificultar a alienação dos papéis por parte dos acionistas minoritários pelo valor ou momento desejado, afetando adversamente a decisão e o retorno do investimento.

d) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados as suas controladas e coligadas:

Exposição aos riscos Operacionais Climáticos, Regulatórios e Comerciais das Controladas e Coligadas

Os resultados da Companhia estão direta e integralmente expostos aos riscos operacionais, comerciais e regulatórios de suas sociedades investidas. No segmento do agronegócio, as receitas de suas controladas derivam de contratos de longo prazo de parceria agrícola e arrendamento de terras rurais, de modo que o fluxo de caixa está exposto a riscos climáticos (como secas ou pragas), flutuações de produtividade do solo e à volatilidade de preços de *commodities* agrícolas (como cana-de-açúcar e eucalipto) balizadas pelas demandas dos mercados sucroenergético e de celulose. Adicionalmente, por deterem ativos imobiliários rurais, essas investidas submetem-se a riscos de alterações na legislação agrária e ambiental, bem como à fiscalização de órgãos reguladores, onde eventuais desconformidades ou atrasos na obtenção de licenças podem impactar os contratos vigentes com parceiros estratégicos. Paralelamente, no segmento urbano, as controladas atuantes nos ramos de locação de espaços, *self storage* e *coworking* estão sujeitas aos riscos de concorrência local, flutuações nas taxas de ocupação das unidades e pressões macroeconômicas que afetem o varejo e a demanda corporativa por espaços compartilhados. Qualquer evento adverso que comprometa a rentabilidade, a adimplência dos clientes ou a continuidade operacional dessas sociedades investidas reduzirá a capacidade de repasse de fluxos financeiros para a holding, afetando materialmente o desempenho consolidado da Companhia.

e) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus fornecedores:

Não se aplica.

4.1 Descrição dos fatores de risco



f) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a seus clientes

Dependência de Clientes Estratégicos e Concentração de Receitas no Segmento de Agronegócio

A geração de receita consolidada da Companhia apresenta dependência e concentração em um número reduzido de clientes estratégicos (Suzano S.A. e Usina Uberaba S.A.) no segmento de agronegócio, associados a contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar e arrendamento de terras rurais. Uma vez que as receitas oriundas dessas contrapartes representam, individualmente, mais de 10% do faturamento líquido total do grupo, qualquer inadimplemento contratual, pedido de recuperação judicial, dificuldades financeiras ou rescisão antecipada dessas avenças por parte de tais clientes poderá reduzir de forma imediata e material o fluxo de caixa direcionado à holding. Adicionalmente, embora as atividades voltadas ao varejo de soluções de armazenamento e espaços compartilhados mitiguem essa concentração por possuírem uma carteira de clientes pulverizada, a receita global da Companhia permanece exposta à saúde financeira de suas principais contrapartes do agronegócio, de modo que a incapacidade de renovar tais contratos de longo prazo em condições favoráveis afetará negativamente os resultados e as projeções de rentabilidade da Companhia.

g) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados aos setores da economia em que a Companhia atue:

Exposição aos Ciclos Econômicos dos Setores de Agronegócio, Imobiliário e Serviços Urbanos

A Companhia está indiretamente exposta às volatilidades e ciclos econômicos dos setores de agronegócio, imobiliário e de prestação de serviços urbanos nos quais suas sociedades investidas operam. No setor do agronegócio, os riscos são marcadamente sistêmicos e incluem a ocorrência de eventos climáticos adversos, pragas, variações na fertilidade do solo e oscilações nos preços de *commodities* agrícolas (como a cana-de-açúcar e o eucalipto), os quais afetam a rentabilidade das indústrias parceiras e, conseqüentemente, o valor dos contratos de parceria e arrendamento de terras rurais. Por sua vez, os setores imobiliário urbano e de serviços corporativos (focados em soluções de *self storage* e *coworking*) dependem do nível de atividade econômica do país, de índices de inflação, das taxas de juros e do poder de compra de empresas e consumidores. Cenários de desaceleração econômica ou juros elevados tendem a desestimular a locação de novos espaços, elevar as taxas de vacância e pressionar o valor dos aluguéis e serviços. Adicionalmente, mudanças tecnológicas e de comportamento do mercado corporativo quanto a regimes de trabalho e necessidades logísticas podem alterar a demanda por espaços compartilhados e estruturas de armazenamento, exigindo constantes adaptações comerciais das controladas para mitigar impactos decorrentes da dinâmica competitiva desses setores.

4.1 Descrição dos fatores de risco



h) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a regulação dos setores em que a Companhia atue:

Riscos Relacionados ao Ambiente Regulatório Aplicável às Sociedades Investidas

A Companhia, por uma holding, não está sujeita a marcos regulatórios setoriais diretos, submetendo-se essencialmente às normas aplicáveis às companhias abertas. No entanto, suas sociedades investidas estão sujeitas ao cumprimento de legislações e normativas aplicáveis às suas respectivas atividades. Alterações no ambiente legal, o surgimento de novas regras ou eventuais atrasos na obtenção e renovação de licenças e autorizações obrigatórias podem impactar as operações e afetar os contratos com terceiros. O descumprimento de obrigações legais ou mudanças desfavoráveis nas diretrizes normativas por parte das investidas podem acarretar penalidades, multas ou restrições que, ao influenciarem o desempenho financeiro dessas sociedades, reduzirão o fluxo de dividendos e repasses direcionados à holding, afetando os resultados consolidados da Companhia.

i) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue:

A Companhia não atua em países estrangeiros.

j) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões sociais:

Exposição Indireta a Riscos Trabalhistas, de Saúde e Segurança das Investidas

A Companhia, por sua natureza de holding, possui uma estrutura corporativa estritamente administrativa, não apresentando riscos sociais diretos decorrentes de relações operacionais em larga escala ou impactos comunitários imediatos. Contudo, o grupo está indiretamente exposto a questões sociais no âmbito de suas sociedades investidas. Nas empresas controladas, a conformidade com as legislações trabalhista, de saúde e de segurança é fundamental para a continuidade das atividades. Eventuais passivos decorrentes de relações de trabalho, acidentes operacionais ou falhas na segurança de terceiros e prestadores de serviços podem resultar em penalidades, litígios judiciais e danos à reputação das marcas das investidas. Tais desdobramentos possuem o potencial de afetar o desempenho financeiro das sociedades controladas e, consequentemente, comprometer o fluxo de repasses contratuais e dividendos direcionados à holding, impactando os resultados consolidados da Companhia.

k) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões ambientais:

Riscos Climáticos Sobre os Ativos Rurais e Urbanos das Sociedades Investidas

A Companhia possui uma estrutura corporativa puramente administrativa e de gestão de participações, razão pela qual não desenvolve atividades que gerem impactos ambientais diretos

4.1 Descrição dos fatores de risco



relevantes. Contudo, o grupo está indiretamente exposto a riscos dessa natureza decorrentes das operações de suas sociedades investidas. Nas entidades que compõem o seu portfólio de participações, a conformidade com as legislações e normas ambientais aplicáveis é fundamental para a continuidade das atividades. Eventuais falhas na obtenção ou renovação de licenças, bem como o descumprimento de diretrizes regulatórias por parte das investidas, podem resultar em penalidades, multas, embargos ou rescisões de contratos comerciais. Quaisquer contingências ou danos dessa natureza provocados no âmbito das controladas podem acarretar responsabilidades legais e prejuízos reputacionais que, ao impactarem negativamente o desempenho financeiro dessas sociedades, reduzirão o fluxo de dividendos e repasses direcionados à holding, afetando os resultados consolidados da Companhia.

l) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição:

Exposição a Riscos Climáticos Físicos e de Transição nas Atividades das Investidas

A Companhia está indiretamente exposta a riscos climáticos decorrentes das atividades operacionais de suas sociedades investidas. No tocante aos riscos físicos, a ocorrência de eventos climáticos extremos ou regimes de intempéries irregulares pode reduzir a produtividade de ativos operacionais e afetar as atividades de contrapartes comerciais, reduzindo o faturamento de parceiros e os repasses financeiros à holding, além de poder gerar danos e interrupções nas estruturas de suas controladas. Quanto aos riscos de transição, a migração para uma economia de baixo carbono pode impor às investidas novas exigências regulatórias, tributárias ou demandas por investimentos estruturais. A incapacidade de antecipar-se a essas mudanças ou de adaptar os ativos do grupo a novos critérios e demandas de mercado poderá acarretar perda de competitividade das investidas, diminuindo o fluxo de dividendos direcionado à holding e afetando desfavoravelmente os resultados consolidados da Companhia.

m) Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Baixa Liquidez das Participações Societárias das Investidas

A Companhia reitera que, por sua natureza jurídica de holding, seus ativos e resultados consolidados estão vinculados à performance de suas sociedades investidas. Uma vez que essas entidades não possuem ações listadas em ambientes de mercado organizado, a capacidade de desinvestimento ou eventual monetização dessas participações por parte da Companhia está sujeita a condições de liquidez restrita, o que pode limitar a agilidade na realocação estratégica de capital do grupo e influenciar a decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco



4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:

- **1. Dependência do Fluxo de Recursos das Sociedades Investidas (ref. item 4.1. a):** Como holding, a Companhia depende de dividendos e repasses de suas controladas. Decisões estratégicas de reter lucros para expansão das atividades imobiliárias, de serviços e de agronegócio nas investidas limitam o caixa da holding.
- **2. Dependência de Clientes Estratégicos e Concentração de Receitas no Segmento de Agronegócio (ref. item 4.1. f):** Dependência de um número reduzido de contrapartes em contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar e arrendamento de terras rurais. Qualquer inadimplemento ou rescisão antecipada impacta imediatamente o fluxo de caixa da holding.
- **3. Riscos Climáticos Sobre os Ativos Rurais e Urbanos das Sociedades Investidas (ref. item 4.1. k):** Eventos climáticos extremos (secas ou geadas) podem reduzir a produtividade das culturas de cana-de-açúcar e eucalipto no segmento rural, além de gerar danos estruturais ou interrupções operacionais nos galpões e ativos urbanos.
- **4. Exposição aos Ciclos Econômicos dos Setores de Agronegócio, Imobiliário e Serviços Urbanos (ref. item 4.1. g):** Exposição às oscilações de preços das *commodities* agrícolas e ciclos econômicos. No ambiente urbano, as atividades de locação, *self storage* e *coworking* são vulneráveis à concorrência local, taxas de vacância e retrações de demanda.
- **5. Riscos Relacionados ao Ambiente Regulatório Aplicável às Sociedades Investidas (ref. item 4.1. h):** Sujeição a rigorosas legislações ambientais, ao Código Florestal e a normas de zoneamento urbano. Atrasos em licenças rurais ou descumprimentos de posturas municipais geram penalidades que afetam os resultados consolidados.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

A Companhia possui exposição às oscilações nas taxas de juros básicas nacionais. Esse impacto ocorre de forma indireta e reflexa, uma vez que variações nas taxas de juros de mercado podem afetar os índices de atualização de contratos de locação e o custo de capital no âmbito de suas sociedades investidas, além do rendimento de suas próprias aplicações financeiras. Eventuais aumentos nas taxas de juros podem, de maneira geral, influenciar o ritmo da atividade econômica e impactar a dinâmica comercial dos locatários e parceiros das controladas.

Nos últimos anos, a moeda brasileira sofreu flutuações significativas da taxa de câmbio em relação ao dólar e outras moedas.

A Companhia pode, especialmente por meio do exercício das atividades de suas controladas, estar sujeita a riscos de mercado decorrentes, principalmente, de oscilações de taxas de juros, índices de inflação e moedas estrangeiras.

Alterações nas taxas de câmbio e na taxa de juros podem, também, impactar os clientes das controladas e, conseqüentemente, ter impacto no fluxo de caixa e na condição financeira da Companhia.

A Administração acompanha as condições de mercado e avalia periodicamente os potenciais impactos decorrentes de variações cambiais e taxas de juros sobre suas atividades e estrutura financeira.

4.4 Processos não sigilosos relevantes



4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Para os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência, assim como nas demais seções deste relatório, foram adotados critérios de materialidade quantitativos e qualitativos para determinar os processos individualmente relevantes.

Foram considerados processos relevantes aqueles que, individualmente, independentemente da probabilidade de perda (provável, possível ou remota) e da fase em que se encontram, se enquadram em algum dos critérios abaixo.

Do ponto de vista quantitativo, foram considerados relevantes os processos que envolvem valor superior a 0,5% do Patrimônio Líquido da Companhia (ou seja, superior a R\$ 1.233.285,00), conforme demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025.

Adicionalmente, do ponto de vista qualitativo, foram considerados relevantes os processos que, em caso de perda, podem impactar significativamente a operação da Companhia ou suas controladas.

PROCESSOS CÍVEIS

1. Processo nº 0655599-98.1991.4.03.6100
a) Juízo:
13ª Vara Da Justiça Federal Em São Paulo
b) Instância:
1ª Instância – 13ª Vara Da Justiça Federal Em São Paulo
c) Data de instauração:
11/06/1991
d) Partes no processo:
Autor: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 65.898.427,05
f) Principais fatos:
Execução de Título Extrajudicial em fase de liquidação de sentença, na qual foram homologados os cálculos periciais do débito exequendo.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
Processo julgado procedente em parte. Houve apelação das partes, tendo sido negado provimento aos recursos apresentados. A autora pediu vista do processo para elaboração de cálculos, os quais foram apresentados e impugnados pela Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes



O. Contador opinou pelo refazimento dos cálculos, uma vez que foram elaborados em desacordo a coisa julgada.

Em face das divergências existentes nos cálculos o Juiz determinou a realização de perícia nomeando perito. Foi apurado o valor de **R\$ 65.898.427,05** que ainda será impugnado oportunamente pela Companhia.

Apesar das garantias hipotecárias a penhora foi realizada sobre apenas um imóvel localizado na comarca de Uberlândia, conhecido como Fazenda Déssio Domingues.

Contra a decisão de penhora, foi interposto Agravo de Instrumento perante o TRF da 3ª Região, ao qual foi negado provimento em 27/02/2026. Posteriormente, foram opostos Embargos de Declaração, ainda pendentes de julgamento.

Em primeira instância, aguarda-se decisão sobre a impugnação da avaliação do imóvel rural Fazenda DD (Décio Domingues) e sobre o pedido de penhora de renda do imóvel.

h) Estágio do processo:

Processo em fase de Embargos à Execução.

Aguarda-se decisão sobre a impugnação da avaliação do imóvel rural Fazenda DD (Décio Domingues) e sobre o pedido de penhora de renda do imóvel.

i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

Provável

j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:

O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 65.898.427,05

k) Análise do impacto em caso de perda do processo:

Caso a Aliperti seja condenada ao pagamento de R\$ 65.898.427,05, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

2. Processo nº 0205088-18.1989.8.26.0003

a) Juízo:

1.ª Vara Cível do Foro Regional III – Jabaquara

b) Instância:

2ª Instância – 12ª Câmara Cível do TJSP

c) Data de instauração:

22/05/1989

d) Partes no processo:

Autor: Banco Sudameris Brasil S/A

Ré: Siderúrgica J.L. Aliperti S/A

e) Valores, bens ou direitos envolvidos:

R\$ 214.787,60

f) Principais fatos:

Trata-se de execução de contrato bancário. A Companhia apresentou embargos à execução.

g) Resumo das decisões de mérito proferidas:

Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes. A Companhia apresentou recurso de apelação que foi julgado improcedente.

O juízo determinou a avaliação dos imóveis objeto de penhora que foi realizada. A Companhia discordou do valor indicado e apresentou recurso contra a homologação da perícia. O recurso

4.4 Processos não sigilosos relevantes



foi julgado procedente com determinação de nova perícia que ainda não foi concluída. O andamento do processo foi suspenso em razão de existência de ação revisional ajuizada pela Companhia, tendo por objeto a revisão do contrato executado nesta ação. A revisional consta do <u>item 3</u> deste Relatório.
h) Estágio do processo:
Aguardando conclusão da perícia. Foi determinada suspensão do processo em razão da existência de ação revisional.
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)
Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 214.787,60.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
Caso a Aliperti seja condenada ao pagamento de R\$ 214.787,60, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

3. Processo nº 0043932-44.2014.8.26.0100 (0606879-39.1998.8.26.0100)
a) Juízo:
21. ^a Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP
b) Instância:
1 ^a Instância - 21. ^a Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP
c) Data de instauração:
30/10/2014
d) Partes no processo:
Autor: Siderúrgica J. L. Aliperti S/A
Réu: Banco Sudameris Brasil S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
Revisional de contrato bancário.
f) Principais fatos:
Trata-se de ação revisional de contrato bancário ajuizada pela Companhia contra o Banco Sudameris, tendo por objeto a revisão de contratos bancários. Os contratos são objeto da ação de execução listada no <u>item 2</u> deste Formulário e que se encontra suspensa.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
O juízo julgou a ação revisional improcedente. A Companhia apresentou recurso que foi julgado improcedente pela 9 ^o do 1 ^o Tribunal de Alçada Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo. A Companhia apresentou Recurso Especial que foi julgado parcialmente procedente determinando exclusão de juros capitalizados a serem apurados em liquidação de sentença. A ação revisional transitou em julgado. A Companhia iniciou a liquidação da sentença e foram realizadas perícias para determinar o valor das obrigações das partes.
h) Estágio do processo:
Aguardando realização de nova perícia técnica para determinar o valor das obrigações das partes.
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

4.4 Processos não sigilosos relevantes



Remoto
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é relevante porque há discussão de obrigações contratuais da Companhia, com influência sobre a ação de execução do Banco Sudameris.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
Na hipótese de perda, potencialmente haverá acréscimo do valor executado pelo Sudameris.

4. Processo nº 1000323-18.2019.8.26.0003
a) Juízo:
22ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP
b) Instância:
2ª Instância – 12ª Câmara de Direito Privado 2 do TJSP
c) Data de instauração:
03/02/2019
d) Partes no processo:
Autor: Banco Santander (Brasil) S/A Ré: Siderúrgica J. L. Aliperti S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 4.827.266,36 (valor do cumprimento de sentença)
f) Principais fatos:
Trata-se de ação de indenização ajuizada pelo Banco Santander contra a Companhia, sob o argumento de que a Aliperti utilizou indevidamente, durante anos, o terreno onde se encontra a subestação de energia da Companhia.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
A ação foi julgada procedente e a Companhia apresentou recurso de apelação, o qual foi julgado improcedente. A companhia apresentou recurso especial que não foi admitido pelo STJ. A Companhia apresentou novo recurso. Paralelamente, a autora iniciou cumprimento de sentença, no valor de R\$ 4.827.266,36.
h) Estágio do processo:
Aguardando julgamento do recurso da Companhia.
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)
Provável
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 4.827.266,36.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
Caso a Aliperti seja condenada ao pagamento de R\$ 4.827.266,36, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

5. Processo nº 038482-08.2023.8.26.0100
a) Juízo:
22.ª Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes



b) Instância:
1ª Instância – 22.ª Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo
c) Data de instauração:
03/08/2023
d) Partes no processo:
Autor: Da Costa Fernandes Advogados Associados [advs Banco Santander (Brasil) S.A.] Réu: Siderúrgica J.L. Aliperti S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 739.248,12
f) Principais fatos:
Trata-se de ação ajuizada pelos advogados do Banco Santander contra a Companhia requerendo pagamento dos honorários de sucumbência decorrentes do Processo nº 1000323-18.2019.8.26.0003, listado no <u>item 4</u> deste Formulário.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
O juízo determinou que a Companhia pague o valor requerido.
h) Estágio do processo:
Aguardando pagamento pela Companhia.
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)
Provável
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é relevante em razão do valor do potencial desembolso.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
O impacto na hipótese de perda é o pagamento do valor requerido.

6. Processo nº 4005659-39.2025.8.26.0003
a) Juízo:
2ª Vara Cível do Foro Regional III Jabaquara em São Paulo
b) Instância:
1ª Instância - 2ª Vara Cível do Foro Regional III Jabaquara em São Paulo
c) Data de instauração:
03/09/2025
d) Partes no processo:
Autor: Vista Capital Ltda. Ré: Aliperti S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 100.000,00
f) Principais fatos:
Ação de Reintegração de Posse com pedido liminar movida contra Companhia relativa as áreas de suas instalações.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
O Juízo afastou o julgamento antecipado da lide, entendendo existir controvérsia sobre a validade da cadeia sucessória, a individualização da área, a existência de comodato e a

4.4 Processos não sigilosos relevantes



autorização de ocupação pela Prefeitura. As preliminares arguidas pela ré foram remetidas para análise conjunta com o mérito. Foi determinada a produção de provas para apuração da posse anterior, do alegado esbulho e dos limites da área discutida.
h) Estágio do processo:
Processo em fase de instrução
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)
Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é considerado relevante em razão da discussão envolvendo alegados direitos possessórios e hereditários sobre área de expressiva extensão de propriedade da Companhia, bem como pelos potenciais impactos patrimoniais decorrentes de eventual procedência da ação de reintegração de posse.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
Em caso de perda do processo, poderá haver impactos patrimoniais relevantes decorrentes de eventual reconhecimento de direitos possessórios da parte autora sobre a área objeto da demanda, incluindo possível obrigação de desocupação da área discutida e reflexos sobre os ativos imobiliários da Companhia/controlada.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS:

7. Processo nº 0010460-31.1998.4.03.6100
a) Juízo:
4ª Vara da Justiça Federal
b) Instância:
1ª Instância - 4ª Vara da Justiça Federal
c) Data de instauração:
11/03/1998
d) Partes no processo:
Autor: Uniao Federal (Fazenda Nacional)
Ré: Aliperti S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 1.852.544,01
f) Principais fatos:
Cumprimento de Sentença proposto para cobrança de honorários de sucumbência devidos pela empresa. Em 24/01/2023, a empresa reiterou sua proposta de parcelamento da dívida.
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
Em 26/08/2024 houve despacho determinando o sobrestamento dos autos enquanto aguarda a transferência de valores a ser efetivada pela 1ª Vara Federal de Sorocaba/SP. Em 09/09/2024, o processo foi sobrestado. Em 22/09/2025, a empresa apresentou petição requerendo intimação da União para (i) levantar os valores transferidos para as contas judicial destes autos e (ii) apresentar valor atualizado do saldo remanescente para pagamento. Em 17/10/2025, a União requereu que o valor depositado seja transformado em renda para que, posteriormente,

4.4 Processos não sigilosos relevantes



seja apresentado cálculo atualizado dos honorários. Em 04/11/2025, determinada a conversão em renda dos valores depositados. Em 12/01/2026, juntada de ofício da Caixa atestando a realização da conversão em renda da União. Em 22/01/2026, a empresa requereu que a União apresente o valor atualizado dos débitos para que seja pago de forma parcelada. Em 25/02/2026, proferido despacho determinando manifestação da União. Em 11/03/2026, a União apresentou manifestação juntando planilha com saldo remanescente dos valores devidos. Em 13/03/2026, determinada manifestação da empresa. Em 13/04/2026, juntada petição de manifestação da empresa contestando os cálculos da União.

h) Estágio do processo:

Provável

i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

Provável

j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:

O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 1.852.544,01.

k) Análise do impacto em caso de perda do processo:

Caso a Aliperti seja condenada ao pagamento de R\$ 1.852.544,01, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

8. Processo nº 0105742-19.0500.8.26.0090 (105.742/05)**a) Juízo:**

Vara de Execuções Fiscais Municipais

b) Instância:

1ª Instância - Vara de Execuções Fiscais Municipais

c) Data de instauração:

29/08/2005

d) Partes no processo:

Autora: Municipalidade de São Paulo

Ré: S/A Agro Industrial Eldorado (controlada da Aliperti)

e) Valores, bens ou direitos envolvidos:

R\$ 1.692.523,94

f) Principais fatos:

Execução fiscal objetivando o pagamento do ITBI referente à conferência de bens da Aliperti.

g) Resumo das decisões de mérito proferidas:

Houve citação, indicamos bens à penhora. A municipalidade não aceitou os bens à penhora. Foi determinada a penhora on-line sobre ativos da empresa. A penhora foi realizada. Aderimos ao PPI da Municipalidade. O processo encontra-se arquivado. Entramos com petição solicitando o apensamento com as outras execuções para julgamento conjunto.

h) Estágio do processo:

Aguardando o julgamento em conjunto com as demais ações.

i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

Remota

j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:

4.4 Processos não sigilosos relevantes



O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 1.692.523,94.

k) Análise do impacto em caso de perda do processo:

Caso a S/A Agroindustrial Eldorado seja condenada ao pagamento de R\$ 1.692.523,94, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

9. Processo nº 11060.722872/2018-71

a) Juízo:

Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS

b) Instância:

2ª Instância Administrativa - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

c) Data de instauração:

2018

d) Partes no processo:

Autor: Delegacia da Receita Federal

Ré: Aliperti S.A.

e) Valores, bens ou direitos envolvidos:

R\$ 27.028.206,95

f) Principais fatos:

Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Aliperti para a cobrança de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), acrescidos de multas punitivas e juros de mora. No entendimento da Fiscalização, a Aliperti teria: (A) excluído, equivocadamente, da sua receita bruta, valores auferidos a título de crédito-prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"); (B) deixado de comprovar, mediante documentação hábil e idônea, despesas deduzidas; (C) realizado pagamentos a pessoas jurídicas sem que fosse realizada a devida retenção de IRRF; (D) distribuídos lucros para diretores sem quem fossem submetidos à retenção do IRRF; (E) pago a maior parte da remuneração da sua Diretoria e do Conselho de Administração de maneira fraudulenta, por meio da contratação de pessoas jurídicas; e (F) deduzido de forma fraudulenta notas fiscais de despesas inidôneas e de pagamentos sem causa realizados a terceiros.

g) Resumo das decisões de mérito proferidas:

Em 11/10/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 19/11/2018, foram apresentadas as Impugnações. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.375, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual a Impugnação foi julgada improcedente. Em 05/06/2019, foram interpostos Recursos Voluntários em face do Acórdão nº 04-48.375. Em 25/06/2019, os autos deram entrada no CARF, para julgamento do Recurso Voluntário.

h) Estágio do processo:

Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

Provável

j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:

O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 27.028.206,95.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

**k) Análise do impacto em caso de perda do processo:**

Caso a Aliperti seja condenada ao pagamento de R\$ 27.028.206,95, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

10. Processo nº 11060.722234/2018-51**a) Juízo:**

Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS

b) Instância:

2ª Instância Administrativa - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

c) Data de instauração:

2018

d) Partes no processo:

Autor: Delegacia da Receita Federal

Ré: Aliperti S.A.

e) Valores, bens ou direitos envolvidos:

R\$ 7.508.046,66

f) Principais fatos:

Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Aliperti para a cobrança de crédito tributário relativo ao IOF, acrescido de juros de mora e multa de ofício, referente ao período de apuração compreendido entre os anos-calendários de 2013 e 2016. No entendimento das Autoridades Fiscais, as operações de crédito realizadas pela Companhia, na forma de AFAC, seriam, na verdade, empréstimos (operações de mútuos) entre as empresas do Grupo, nos quais incidiria o IOF.

A Fiscalização alegou, também, que o aumento de capital propriamente dito (AFAC) foi realizado apenas pela empresa Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., em janeiro/2016, fato que corrobora ao lançamento fiscal em referência. Ademais, no que se refere ao adiamento no valor de R\$ 4.000.000,00, pago pela Contribuinte ao escritório Advocacia Eduardo Milreu, a Fiscalização entendeu que esse valor também seria considerado como operação de crédito e, portanto, sujeita à incidência do IOF.

g) Resumo das decisões de mérito proferidas:

Em 01/08/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 03/09/2018, foi apresentada a Impugnação. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.374, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual a Impugnação foi julgada improcedente. Em 27/05/2019, foi interposto Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 04-48.374. Em 17/06/2019, os autos deram entrada no CARF, para julgamento do Recurso Voluntário.

h) Estágio do processo:

Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)

Possível

j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:

O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 7.508.046,66.

k) Análise do impacto em caso de perda do processo:

4.4 Processos não sigilosos relevantes



Caso a Aliperti seja condenado ao pagamento de R\$ 7.508.046,66, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

11. Processo nº 11060.722217/2018-13
a) Juízo:
Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS
b) Instância:
2ª Instância Administrativa - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
c) Data de instauração:
2018
d) Partes no processo:
Autor: Delegacia da Receita Federal
Ré: Aliperti S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos:
R\$ 14.452.352,52
f) Principais fatos:
Trata-se de Autos de Infração lavrados em face da Aliperti para a cobrança de crédito tributário relativo às Contribuições ao PIS e à COFINS, acrescido de juros de mora e multa de ofício, referentes ao período de apuração compreendido entre os anos-calendários de 2013 e 2016. No entendimento das Autoridades Fiscais, a Companhia teria omitido receitas sujeitas à tributação pelo PIS/COFINS, mais especificamente as receitas de serviços contabilizadas nas seguintes contas de resultado: "Receitas de Serviço" (146232), "Arrendamento - Açominas" (92641) e "Locação de Bens Imóveis" (43989).
g) Resumo das decisões de mérito proferidas:
Em 01/08/2018, foram lavrados os Autos de Infração. Em 04/09/2018, foi apresentada a Impugnação. Em 25/04/2019, foi proferido o Acórdão nº 04-48.373, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, por meio do qual foi dado provimento à Impugnação, para exonerar o crédito tributário lançado. Em 15/08/2019, foi proferido o Despacho nº 5.109, pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande/MS, que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo/SP em face do Acórdão de Impugnação. Em 21/10/2019, os autos deram entrada no CARF, para julgamento do Recurso de Ofício.
h) Estágio do processo:
Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.
i) Se a chance de perda é: (provável, possível ou remota)
Possível
j) Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:
O processo é considerado relevante por envolver o valor de R\$ 14.452.352,52.
k) Análise do impacto em caso de perda do processo:
Caso a Aliperti seja condenado ao pagamento de R\$ 14.452.352,52, a Companhia sofrerá impacto financeiro relevante.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes



4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4:

Processos de natureza tributária:

A Companhia estima que os processos classificados como de perda provável, em conformidade com as informações dos assessores jurídicos, o montante de R\$ 16.553MM em 31 de dezembro de 2025.

Processos de natureza trabalhista:

Não há provisão para processos de natureza trabalhista.

Processos de natureza cíveis:

A Companhia estima que os processos classificados como de perda provável, em conformidade com as informações dos assessores jurídicos, o montante de R\$ 7.687 MM em 31 de dezembro de 2025.

Contingências Ambientais:

Não há provisão para processos de natureza ambiental.

4.6 Processos sigilosos relevantes



4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

A Companhia não possui processos sigilosos.

4.7 Outras contingências relevantes



4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Processos encerrados ou excluídos que foram reportados no Formulário de Referência de 31 de dezembro de 2025 e deixaram de ser reportados neste Formulário de Referência

Cível

1. Processo nº 0186426-73.2007.8.26.0100
Data de Instauração: 02/07/2007
Descrição: Ação de indenização ajuizada contra a Companhia. A ação foi julgada improcedente e o processo transitou em julgado.
Data de Encerramento: 19/09/2024

2. Processo nº 0104262-85.2006.8.26.0100
Data de Instauração: 12/01/2006
Descrição: Trata-se de uma ação de falência movida pela controlada, a ação foi julgada improcedente, e o processo extinto.
Data de Encerramento: 11/11/2024

Trabalhista

3. Processo nº 1001073-23.2020.5.02.0029
Data de Instauração: 06/10/2020
Descrição: Reclamação Trabalhista ajuizada contra a Companhia. A ação foi extinta em razão do cumprimento integral da obrigação.
Data de Encerramento: 12/05/2025

4. Processo nº 0110400-31.2000.5.02.0057
Data de Instauração: 25/04/2000
Descrição: Reclamação Trabalhista ajuizada contra a Companhia. A ação foi extinta em razão do cumprimento integral da obrigação.
Data de Encerramento: 30/07/2024

5. Processo nº 0091200-63.1987.5.02.0002
Data de Instauração: 05/05/1987
Descrição: Reclamação Trabalhista ajuizada contra a Companhia. A ação foi extinta em razão do cumprimento integral da obrigação.
Data de Encerramento: 18/07/2025

6. Processo nº 1000381-47.2024.5.02.0073
Data de Instauração: 13/03/2024

4.7 Outras contingências relevantes

Descrição: Reclamação Trabalhista ajuizada contra empresa controlada pela Companhia. A ação foi extinta em razão do não comparecimento do reclamante em audiência.

Data de Encerramento: 11/06/2024

Tributário**7. Processo nº 0135387-84.0600.8.26.0090 (135.387/06)**

Data de Instauração:

Descrição: Ação de Execução para a cobrança de ITBI, ajuizada em relação à empresa controlada S.A Agro Industrial Eldorado. Ação foi julgada extinta e transitou em julgado.

Data de Encerramento: 28/02/2024

8. Processo nº 0135377-40.0600.8.26.0090 (135.377/06)

Data de Instauração: 22/06/2006

Descrição: Ação de Execução para a cobrança de ITBI, ajuizada em relação à empresa controlada S.A Agro Industrial Eldorado. Ação foi julgada extinta e transitou em julgado.

Data de Encerramento: 25/08/2023

9. Processo nº 0135379-10.0600.8.26.0090 (135.379/06)

Data de Instauração: 22/06/2006

Descrição: Ação de Execução para a cobrança de ITBI, ajuizada em relação à empresa controlada S.A Agro Industrial Eldorado. Ação foi julgada extinta e transitou em julgado.

Data de Encerramento: 23/10/2023

10. Processo nº 0012382-58.2008.4.03.6100 (2008.61.00.012382-1)

Data de Instauração: 28/05/2008

Concessão da segurança para impedir a cobrança de tributos face a existência de processo administrativo que ainda não foi julgado. Foi julgado procedente e extinto.

Data de Encerramento: 12/12/2018

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos e controles internos formalizada através de órgãos de administração ou comitês, considerando a paralisação das atividades industriais e a simplificação das operações entende que não é preponderante tal medida.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Não se aplica.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Não se aplica.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica pelos motivos expostos nos itens “a” e “b”.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos envolvem as seguintes atribuições:

a) Responsabilidade: definição clara e objetiva das atribuições de cada empregado, com vistas a assegurar que todos os procedimentos da empresa serão cumpridos, evitando e detectando possíveis erros, bem como identificando as responsabilidades por eventuais omissões na realização das atividades. b) Rotinas internas: definição das rotinas de controles internos. As rotinas compreendem: formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos de controle e dos procedimentos internos. c) Segregação de funções: consiste em estabelecer que um empregado não deva atuar em todas as etapas de um processo, de modo a se reduzir o risco de erros, fraudes e conflito de interesses. d) Confronto dos ativos com os registros: definição de procedimentos em que as operações sob a responsabilidade de um empregado sejam sempre confrontadas com os registros da contabilidade. e) Auditoria interna: setor responsável pela verificação dos controles internos. f) Auditoria externa. g) Consultorias externas.

O nível de controle tem-se demonstrado adequado, não tendo sido verificadas falhas significativas de operação. Quando detectada alguma falha nos procedimentos são adotadas medidas de correção, de acordo com a falha ocorrida, e revistas as práticas de controle.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O setor financeiro executa diariamente conciliações das contas bancárias e dos pagamentos e recebimentos efetuados, elaborando relatórios diários submetidos à administração. Os pagamentos são efetuados observando-se as diretrizes do Conselho de Administração quanto aos valores de alçada definidos. O setor fiscal faz a validação das notas fiscais emitidas por fornecedores e também das notas fiscais emitidas pela Companhia, conferindo os impostos. O setor contábil efetua a contabilização e conciliação mensal das contas verificando sua consistência e emitindo relatórios que são submetidos à diretoria e ao Conselho de Administração em reuniões mensais de avaliação. Os relatórios são elaborados por empresa de consultoria financeira que verifica a existência de possíveis desvios em relação ao orçamento.

Trimestralmente os resultados eram auditados por empresa de auditoria independente. Os resultados eram também submetidos à análise do Comitê de Auditoria não estatutário, enquanto esteve em funcionamento. Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15/05/2026, foi aprovada a suspensão temporária das atividades do Comitê de Auditoria não estatutário em razão da instalação do Conselho Fiscal.

5.2 Descrição dos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração do emissor supervisiona a eficiência dos controles internos através da auditoria externa.

Mensalmente, a empresa de consultoria financeira apresenta os resultados de forma detalhada para a diretoria e para o Conselho de Administração, oportunidade em que são analisados detalhadamente os números apresentados. Caso seja apontado algum desvio, os procedimentos internos são revisitados.

Todos os gastos acima de determinado valor, devem ser previamente submetidos ao Conselho de Administração para aprovação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente os auditores independentes efetuam um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo são comunicadas à administração da Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais. Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro, não representam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras. e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

De acordo com a avaliação da administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5.3 Programa de Integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Além das determinações fixadas pelo Conselho de Administração para os procedimentos a serem observados, a Companhia e suas controladas não possuem Programa de Integridade.

Não foram detectados atos ilícitos, desvios ou fraudes contra a administração pública.



5.4 Alterações Significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos. Sobre política de gerenciamento, vide os esclarecimentos nos tópicos acima.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ALEXANDRE FERNANDES NETO						
727.500.578-68	Brasil	Não	Não	27/04/2026		
Não						
0	0,000	1.828	14,808	1.828	9,831	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANA REGINA ALIPERTI						
086.062.118-93	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025		
Não						
645	10,320	916	7,420	1.561	8,395	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	645	12,890	10,320	3,469		
Preferencial Classe A	916	12,539	7,420	4,926		
CAETANO ALIPERTI						
634.798.008-82	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025		
Não						
1.015	16,240	2.383	19,303	3.398	18,274	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	1.015	20,284	16,240	5,458		
Preferencial Classe A	2.383	32,621	19,303	12,815		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
CIRO ALIPERTI JÚNIOR					
659.653.538-04	Brasil	Não	Não	13/05/2025	
Não					
1.014	16,224	2.391	19,368	3.405	18,311
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO					
563.355.988-68	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
1.014	16,224	2.384	19,311	3.398	18,274
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	1.014	20,264	16,224	5,453	
Preferencial Classe A	2.384	32,635	19,311	12,821	
S/C JOAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					
46.361.630/0001-92	Brasil	Não	Sim	13/05/2025	
Não					
2.330	37,280	1.242	10,061	3.572	19,209
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	2.330	46,563	37,280	12,530	
Preferencial Classe A	1.242	17,002	10,061	6,679	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	380	3,078	380	2,044	
OUTROS						
232	3,712	821	6,650	1.053	5,663	
TOTAL						
6.250	100,000	12.345	100,000	18.595	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S/C JOAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				46.361.630/0001-92	
ANA REGINA ALIPERTI					
086.062.118-93	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
27	19,149	0	0,000	27	19,149
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	27	19,149	19,149	19,149	
CAETANO ALIPERTI					
634.798.008-82	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
57	40,426	0	0,000	57	40,426
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	57	40,426	40,426	40,426	
JOSÉ LUIZ ALIPERTI NETO					
563.355.988-68	Brasil	Sim	Sim	13/05/2025	
Não					
57	40,426	0	0,000	57	40,426
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	57	40,426	40,426	40,426	
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
S/C JOAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA				46.361.630/0001-92	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
141	100,000	0	100,000	141	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	7
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	6.250	100,000%
Quantidade preferenciais	12.345	100,000%
Total	18.595	100,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0%
-----------------------	---	----

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AGROELDORADO AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA	23.372.927/0001-58	99,99
ELDORADO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA	52.139.177/0001-77	99,93
RMCA INCORPORAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA	51.947.265/0001-32	60,33
S/A AGRO INDUSTRIAL ELDORADO	61.288.874/0001-80	99,81

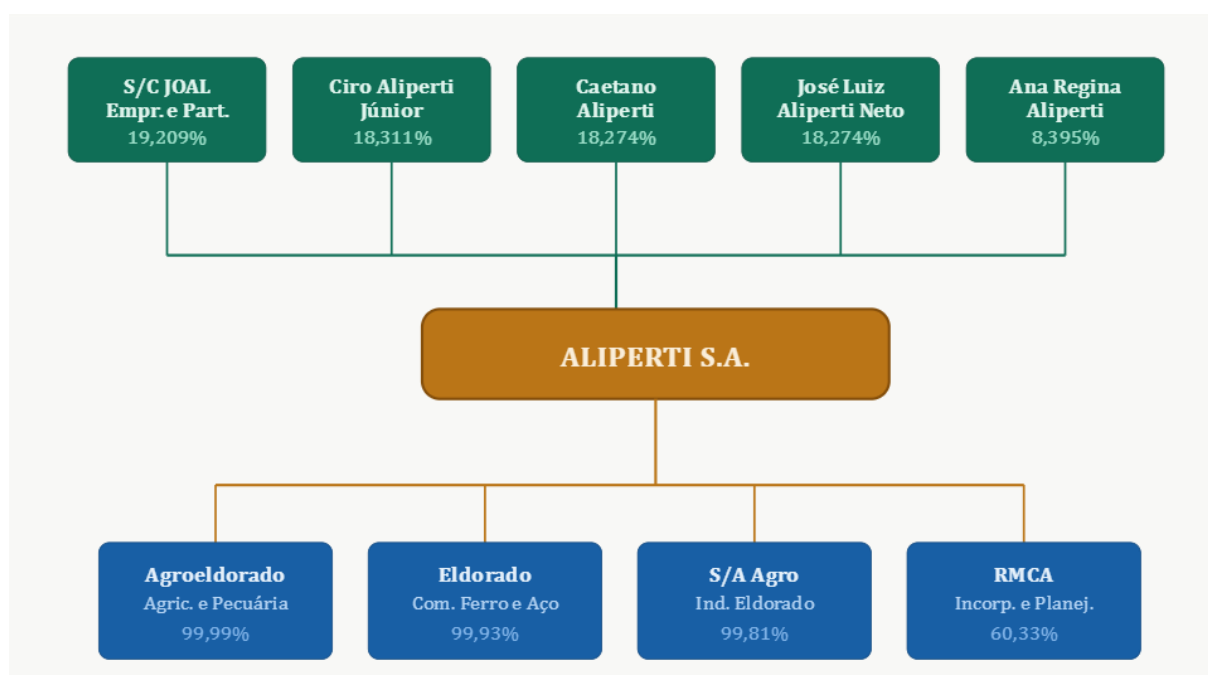
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- principais controladas e coligadas do emissor
- participações do emissor em sociedades do grupo
- participações de sociedades do grupo no emissor
- principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



7. Assembleia Geral e Administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão deles.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente indicado na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) membros.

Diretoria

A Diretoria é formada por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) diretores, acionistas ou não, sendo obrigatoriamente um Diretor Presidente. Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

A Diretoria, além dos poderes previstos em lei, terá as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, a Diretoria é composta por 2 (dois) membros.

Conselho Fiscal

A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, acionistas ou não.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



O Conselho Fiscal, quando instalado a pedido de acionistas, funcionará até a primeira Assembleia Geral que vier a realizar-se após sua instalação e suas atribuições são aquelas previstas na Lei das S.A.

Atualmente, o Conselho Fiscal é composto por 5 (cinco) membros titulares e 3 (três) suplentes, tendo vista que dois conselheiros suplentes eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2026 declaram de tomar posse.

Comitê de Auditoria Não Estatutário

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário composto por 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração. Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15/05/2026, foi aprovada a suspensão temporária das atividades do Comitê de Auditoria não estatutário em razão da instalação do Conselho Fiscal.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Não há política específica de indicação e preenchimento de cargos.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos órgãos ou comitês que compõem a estrutura administrativa da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há política específica de identificação e administração de conflitos de interesses. Não obstante, as disposições previstas na Lei das S.A. que visam evitar conflitos de interesse são integralmente observadas.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação

Rua Afonso Aliperti, nº 180, Água Funda, São Paulo, SP, CEP: 04156-090

Telefone: (11) 2137-9800

E-mail: ri@grupoaliperti.com.br

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



aplicável

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

***Quantidade de membros por declaração de gênero**

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder

*** Quantidade de membros por declaração de cor e raça**

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal



e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há política específica e/ou objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Não há avaliação específica de riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 14	2	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 14	0	14	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 14	0	14	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração



7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração

- Comitê de Auditoria Não estatutário

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15/05/2026, foi aprovada a suspensão temporária das atividades do Comitê de Auditoria em razão da instalação do Conselho Fiscal.

b. de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A avaliação do trabalho de auditoria independente ocorre através da análise dos relatórios de auditoria apresentados trimestralmente e anualmente, previamente antecedidos de reuniões para discussão dos temas de maior relevância e abordagem dos pontos corretivos, se e quando aplicáveis.

A política de contratação de serviços de auditoria independente obedece às determinações da legislação vigente.

O auditor independente a ser contratado pela Companhia deve possuir conhecimento e qualificação técnica apropriados para a realização dos serviços a serem prestados.

A escolha e a destituição dos auditores independentes para a prestação dos serviços de auditoria cabem ao Conselho de Administração.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Não se aplica.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome

ALEX SET EL BANATE

CPF:

346.711.258-70

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro de Produção

Data de Nascimento:

30/08/1985

Experiência Profissional:

Executivo de Finanças com mais de 14 anos de experiência em FP&A, Planejamento Estratégico e Consultoria Financeira, com histórico de atuação em ambientes de alta complexidade e escala global. Ao longo da carreira, desenvolveu sólidas habilidades em gestão de P&L, modelagem financeira, business partnering e governanças de dados, aliadas a forte capacidade analítica e visão estratégica de negócios.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/06/2026	11 meses	Diretor Financeiro		23/06/2026		23/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome ALEXANDRE RALF SLAVIC

CPF: 182.787.488-02

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 18/04/1974

Experiência Profissional: Experiência de mais de 30 anos em trabalhos de auditoria e consultoria em empresas nacionais e internacionais de diversos ramos de atividade.. Além disso, sou instrutor de treinamentos, cursos e palestras na area de auditoria e contabilidade e conselheiro fiscal de companhia de capital aberto.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	21/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome ANA RAFAELLA ALIPERTI DE MORAES

CPF: 386.877.898-58

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresária

Data de Nascimento: 23/06/1995

Experiência Profissional: Empresária, com desenvolvimento em marcas, estrutura financeira e contábil, gestão de empresas limitadas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome

ANDRE ALIPERTI

CPF:

213.808.498-10

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

14/07/1989

Experiência Profissional:

Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica, declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspendida ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome

CELIO DE MELO ALMADA NETO

CPF:

255.588.078-06

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

03/06/1976

Experiência Profissional:

Bacharel em direito pelas Faculdades Matropolitanas Unidas em 1998, sócio da Melo Almada Advogados Associados, membro do Conselho de Administração da Bombril S/A. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspendida ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome	DANNYEL SPRINGER MOLLIET	CPF:	156.980.168-10	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogado	Data de Nascimento:	11/10/1972
Experiência Profissional:	• Formação escolar: Colégio Mackenzie, concluída em dezembro de 1991 • Graduação: Direito pela Universidade Paulista, concluída em dezembro1996 • Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo, sob nº 147.509 • Extensão universitária pela Universidade Mackenzie em Direito Empresarial 1997/1998.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	6 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome	FREDERICO ANTONIO OLIVEIRA DE REZENDE	CPF:	268.584.578-01	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Advogado	Data de Nascimento:	27/10/1978
Experiência Profissional:	Advogado e administrador judicial; sócio fundador da F. Rezende Consultoria e Administração Judicial e RLG Adm Judicial Ltda, com sólida experiência na atuação de processos de insolvência há mais de 25 anos.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	6 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome GUILHERME SILVAROLLI ALPERTI

CPF: 456.285.168-64

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresário

Data de Nascimento: 26/05/1999

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Silvarolli Aliperti possui aproximadamente 10 anos de experiência em cargos estratégicos e diretivos de empresas do mercado financeiro e de capitais, atuando com Operações Estruturadas, M&A, Reestruturação Empresarial e Financeira, Governança Empresarial e Análise de Investimentos, com conhecimentos avançados em Contabilidade Gerencial. Durante sua trajetória profissional exerceu cargos de liderança em empresas como InFinance Insper, Auera, Fixed Income Trader, IGC Partners, Cainvest Internacional, atuando, ainda, como membro de Conselhos de Administração em Companhia Aberta. Possui formação de Engenharia da Computação pelo Insper. É Fluente em Inglês e Espanhol. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome

GYEDRE PALMA CARNEIRO DE OLIVEIRA

CPF:

260.137.218-40

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

13/09/1974

Experiência Profissional:

Advogada especializada em Direito Societário, Fusões e Aquisições (M&A) e Mercado de Capitais, além de sócia fundadora de escritório de advocacia. Também atua como conselheira em órgão do sistema financeiro nacional.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome

MARCELO LAMANNA DE CAMPOS MAIA DORIA

CPF:

266.544.488-71

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

13/06/1977

Experiência Profissional:

Ampla vivência como público de alto luxo, tanto no desenvolvimento e gestão de incorporações imobiliárias como executivo quanto na atuação jurídica. Experiência executiva na gestão de equipes administrativas, comerciais e jurídicas. Advogado com forte atuação empresarial, incluindo gestão de equipes internas e escritórios externos, estruturação societária e contratual, atuação em litígios complexos cíveis, societários e penais empresariais, com experiência em arbitragem (CCBC e AMCHAM), além de elaboração de pareceres jurídicos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2026	Não	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

PÁGINA: 89 de 170

N/A	Não há						
-----	--------	--	--	--	--	--	--

Nome MAURICIO MARINI

CPF: 295.433.798-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 26/08/1982

Experiência Profissional: Contador com 20 anosde experiência nas áreas contábil, financeira e patrimonial, com sólida atuação em gestão em gestão administrativa e estratégica em empresas de diferentes segmentos

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		30/04/2026	Não	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome PAULO ROSENTHAL

CPF: 180.065.488-03

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogado

Data de Nascimento: 30/03/1975

Experiência Profissional: Sócio fundador com vasta experiência em Direito Empresarial, com destaque em Direito Tributário, acumulando mais de duas décadas de atuação na assessoria a empresas. Possui um histórico comprovado em posições de liderança jurídica em importantes associações e federações, demonstrando expertise em contencioso e consultoria, bem como em relações governamentais e normativas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome VALÉRIO DALLA VALLE

CPF: 029.525.298-76

Passaporte: YB9835748

Nacionalidade: Italiano

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 08/12/1961

Experiência Profissional: Executivo com ampla experiência em gestão de empresas nacionais e multinacionais, de capital aberto e fechado, de diferentes seguimentos, como Energia, Oléo e Gás, Incorporação, Industrial, Logística e Serviços. Sólida vivência em Governança Corporativa e

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2024	3 anos	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		13/05/2024		13/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome VICTOR SARFATIS METTA

CPF: 222.869.098-81

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogado

Data de Nascimento: 08/11/1981

Experiência Profissional: Advogado e sócio do escritório Rosenthal e Sarfatis Metta Advogados desde 2005, tendo ingressado como estagiário em 2003, atuando nas áreas societária, contratual e especialmente na área tributária, tanto consultiva quanto contenciosa.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	27/04/2026	12 meses	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2026	Sim	22/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

7.4 Composição dos comitês

Nome:

DANIEL BETTI MACEDO DO LAGO

CPF:

291.279.848-50

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro Mecânico e Auditor

Data de Nascimento:

03/07/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Daniel Betti Macedo do Lago possui mais de 25 anos de experiência em consultoria de gestão empresarial, com atuação em mais de 150 projetos em diversos setores e países, incluindo Brasil, EUA, México, Argentina, Chile, Portugal, Espanha, Dinamarca, Venezuela, Cabo Verde e China. Seu foco principal está na implementação de metodologias de gestão para aumento da rentabilidade em PME's e grandes empresas, com expertise em Governança Empresarial, Turnaround, Recuperações Judiciais, Planejamento de Negócios, Análise de Investimentos, Negociação de Linhas de Financiamento, Gestão Econômica, Financeira e Operacional, além de processos de Fusões e Aquisições (M&A). Atua também como conselheiro empresarial. Ao longo da carreira, exerceu cargos estratégicos e de liderança em empresas como RG5, Setec Consulting Group, Grupo ABS e ABS Europa, além de experiência anterior em Bull do Brasil e Shell do Brasil. Destacam-se suas responsabilidades na definição de estratégias corporativas, gestão de operações, direção de projetos e coordenação de unidades de negócio. Possui formação de Mestre (MSc.) em Administração de Empresas pelo INSPER, MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela FGV, e graduação em Engenharia Mecânica pela UNICAMP. É fluente em inglês, italiano e espanhol, com conhecimentos avançados em contabilidade gerencial e Lean Seis Sigma. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Coordenador)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome:
GUILHERME SILVAROLLI
ALPERTI

CPF:
456.285.168-64

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Empresário

Data de Nascimento:
26/05/1999

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Silvarolli Aliperti possui aproximadamente 10 anos de experiência em cargos estratégicos e diretivos de empresas do mercado financeiro e de capitais, atuando com Operações Estruturadas, M&A, Reestruturação Empresarial e Financeira, Governança Empresarial e Análise de Investimentos, com conhecimentos avançados em Contabilidade Gerencial. Durante sua trajetória profissional exerceu cargos de liderança em empresas como InFinance Insper, Auera, Fixed Income Trader, IGC Partners, Cainvest Internacional, atuando, ainda, como membro de Conselhos de Administração em Companhia Aberta. Possui formação de Engenharia da Computação pelo Insper. É Fluente em Inglês e Espanhol. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

Nome:

MAURICIO DE ARAÚJO

CPF:

113.268.008-50

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Contador

Data de Nascimento:

08/08/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Maurício de Araújo possui experiência há mais de 30 anos na área contábil, controladoria e financeira, atuando em diversas empresas do setor financeiro, das quais se destacam: Comercial Corretora de Valores; SLW Corretora Valores; SLW ADM Seguros; Magliano Corretora de Valores; Texas Aircraft Brasil Ind.Com Aero Ltda.; EFFORTS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS. Participou da estruturação dos seguintes IPO's: Brasilagro Propriedade Agrícolas (2006); Arezzo Ind e Com (2007); Tarpon Investimentos (2007); BM&F – Bovespa (2007); Brenco Energia Renovável (2008); Omega Energia Renovável (2009); Brasil Travel Turismo (2012), além de atender companhias do segmento de energia (comercializadoras ou geradora)s tais como: GreenYellow, Capitale, Patria, Delta, tendo participado, diretamente, da estruturação contábil de empresas deste mesmo setor: OMEGA ENERGIA e GD Solar. Seus serviços de assessoria contábil, controladoria e financeira, se estendem pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Santos e Curitiba. Atua como Consultor e Conselheiro em empresas de capital aberto. Possui formação em Contabilidade (SENAC) e Administração de Empresas (Universidade São Judas Tadeu). Inglês Fluente. Declara não estar incurso em qualquer ação penal e não sofreu condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial, e não é uma pessoa exposta politicamente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/2025	2 anos			05/11/2025	05/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Não há

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de parentesco com o conselho administrativo, no entanto, Ana Rafaela é filha da membro do Conselho de Administração Ana Regina Aliperti

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

N/A

7.7 Acordos/seguros de administradores



7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui apólice de seguros D&O que cobre reparação de danos suportados pelos diretores ou conselheiros de administração em virtude do exercício de suas funções.

Além disso, a Companhia celebrou contratos de indenidade com seus diretores com o objetivo de garantir proteção patrimonial em relação a atos regulares de gestão praticados no exercício de suas funções. Os contratos de indenidade celebrados com os Diretores coexistem com a apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O) contratada pela Companhia. Os contratos de indenidade possuem limite máximo global de indenização de R\$ 5.000.000,00, sujeito à atualização monetária pelo IPCA, observadas as condições previstas nos respectivos instrumentos.

7.8 Outras informações relevantes



7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

8.1 Política ou prática de remuneração



8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal e do comitê de auditoria é baseada nas práticas de mercado, não havendo qualquer benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia visa remunerar os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal e do comitê de auditoria pelos serviços prestados à Companhia, sendo aprovada pela Assembleia Geral anualmente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores pela assembleia geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte que esta, bem como a necessidade de alinhamento de interesses entre administradores e companhia e a atratividade e o potencial de retenção para seus administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração



iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração global dos administradores é constituída pela remuneração fixa e poderá conter outros componentes que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Comitê de Auditoria

A remuneração do Comitê de Auditoria é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado. Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15/05/2026, o CA aprovou a suspensão temporárias das atividades do Comitê de Auditoria em razão da instalação do Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia fazem jus a remuneração fixa levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao

8.1 Política ou prática de remuneração



cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A remuneração dos administradores da Companhia se compõe apenas de uma parcela fixa.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração dos administradores da Companhia é definida levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

ii. **razões que justificam a composição da remuneração**

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) a garantir à competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iii) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo.

iii. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável.

d. **existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

8.1 Política ou prática de remuneração



e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	02	05	11,00
Nº de membros remunerados	4	02	05	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	624.000,00	1.356.000,00	62.400,00	2.042.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	624.000,00	1.356.000,00	62.400,00	2.042.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	04	02		6,00
Nº de membros remunerados	04	02		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	1.500.000,00		1.980.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	480.000,00	1.500.000,00		1.980.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	2		6,00
Nº de membros remunerados	4	2		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	624.000,00	576.000,00		1.200.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	624.000,00	576.000,00		1.200.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	02		6,00
Nº de membros remunerados	4	2		6,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	314.400,00		794.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	HONORÁRIOS			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	NÃO HÁ			
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	NÃO HÁ			
Total da remuneração	480.000,00	314.400,00		794.400,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	02		6,00
Nº de membros remunerados	4	02		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações



8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais;**
- b. data de aprovação e órgão responsável;**
- c. número máximo de ações abrangidas;**
- d. número máximo de opções a serem outorgadas;**
- e. condições de aquisição de ações;**
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício;**
- h. forma de liquidação;**
- i. restrições à transferência das ações;**
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e**
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4	2		6,00
N° de membros remunerados	4	2		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4	02		6,00
N° de membros remunerados	4	2		6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações



8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. data da outorga;**
- e. quantidade de opções outorgadas;**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis;**
- g. prazo máximo para exercício das opções;**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções;**
- i. valor justo das opções na data da outorga;**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. quantidade;**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis;**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções;**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações;**
 - v. preço médio ponderado de exercício;**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social;**
- e. em relação às opções exercíveis:**
 - i. quantidade;**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções;**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações;**
 - iv. preço médio ponderado de exercício;**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social;**
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues



8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. número de ações;**
- e. preço médio ponderado de exercício;**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas;**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações



8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados; e**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. data de outorga;**
- e. quantidade de ações outorgadas;**
- f. prazo máximo para entrega das ações;**
- g. prazo de restrição à transferência das ações;**
- h. valor justo das ações na data da outorga;**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00	2,00	5,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações.	Não há remuneração baseada em ações.	Não há remuneração baseada em ações.

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações.	Não há remuneração baseada em ações.	

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00		
N° de membros remunerados	4,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00		
N° de membros remunerados	4,00		
N° de ações	0		
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções



8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação;**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada; e**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida por membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2025:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	Percentual
Conselho de Administração	1	0,0054%
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

8.14 Planos de previdência



8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão;**
- b. número total de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. nome do plano;**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;**
- f. condições para se aposentar antecipadamente;**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.**

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2	02	2	4	04	4
Nº de membros remunerados	2	02	2	4	04	4
Valor da maior remuneraçãoReal	36.000,00	35.000,00	24.000,00	10.000,00	10.000,00	13.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	31.658,92	30.000,00	12.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	33.829,46	30.000,00	12.000,00	10.000,00	10.000,00	11.500,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização



8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável, pois não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ¹
2026	0%	0%	0%
2025	0%	0%	-
2024	0%	0%	-
2023	0%	0%	-

¹ O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária da Aliperti realizada em 22/12/2025.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes



8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011320	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
GF AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	10.448.113/0001-08
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
07/05/2025	01/01/2025	
Descrição dos serviços prestados		
Prestação de serviços de auditoria independente, nos termos da Resolução CVM nº 23/2021		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)		
Justificativa da substituição		
Cumprimento ao disposto no artigo 28 da Resolução CVM nº 23/2021.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores



9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não há.

9.4 Outras informações relevantes



9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram devidamente apresentadas.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	2	0	0	0
Não-liderança	0	7	0	0	0
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	2	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	1	2	4	0	0	0
TOTAL = 9	0	3	2	4	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	1	1
Não-liderança	0	2	5
TOTAL = 9	0	3	6

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	2	0
Não-liderança	0	7	0
TOTAL = 9	0	9	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	1	0	1
Não-liderança	0	3	0	4	0	0
TOTAL = 9	0	3	0	5	0	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	3	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	5	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	1	0	0	0
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	1	0	2	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	1	2	2	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL = 9	0	3	2	4	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	2	1
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	1	4
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	1
TOTAL = 9	0	3	6

10.1 Descrição dos recursos humanos**10. Recursos humanos**

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

- i. identidade autodeclarada de gênero**
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça**
- iii. faixa etária**
- iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável**
- v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Por área de negócio	2025
Corporativo	2
Operacional	7
Total	9

As informações prestadas acima abrangem os empregados da Aliperti S.A. ("Aliperti" ou "Companhia") em 31 de dezembro de 2025.

As classificações autodeclaradas de cor ou raça constantes deste Formulário de Referência seguem a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e as melhores práticas adotadas no Brasil.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Não há terceirizados.

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia é representado pelas admissões e desligamentos ocorridos em um período.

Não houve rotatividade dos empregados da Companhia no exercício social encerrado em 2025.

10.2 Alterações relevantes



10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve alterações relevantes no exercício encerrado em 31/12/2025.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados



10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Atualmente a política salarial adotada pela empresa, se baseia na média da remuneração aplicada no mercado e o reajuste se dá na data base do dissídio da categoria. Os reajustes salariais decorrentes de promoção, mérito ou equiparação, são feitos através de avaliações do desempenho do funcionário, e o índice de aumento definido é incorporado ao salário de modo escalonado.

b. política de benefícios

Os benefícios concedidos aos empregados são:

- Vale transporte;
- Vale refeição;
- Vale alimentação;
- Seguro de vida em grupo;
- Assistência médica.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações dos empregados não administradores.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados



remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
36.000,00	5.425,20	6,64
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos



10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Não há.

10.5 Outras informações relevantes



10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.



11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

Não há política específica sobre a celebração de transações com partes relacionadas.

As transações entre a controladora e as suas controladas são realizadas em condições comutativas e em condições de mercado, observados os termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Prime Estate Consultoria Ltda.	02/01/2026	2.700.000,00	0,00	R\$ 2.700.000,00	1 ano.	Não aplicável
Relação com o emissor	A sociedade tem como único quotista e administrador o Sr. Caetano Aliperti, integrante do bloco de controle da Aliperti.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria relativos a imóveis urbanos.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido: (i) de comum acordo pelas Partes, por escrito; (ii) unilateralmente, por qualquer das Partes, sem qualquer motivo, mediante notificação escrita com 30 dias de antecedência à outra Parte; (iii) pela Contratada, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratante, desde que não seja sanado em 30 dias; e (iv) pela Contratante, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratada, desde que não seja sanado em 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de fornecer suporte especializado para a administração e potencialização econômica do portfólio imobiliário urbano da Contratante, contribuindo para a gestão dos ativos e para o desenvolvimento de novos projetos. Para a contratação, a Contratante considerou a experiência da Contratada no setor imobiliário, bem como o seu profundo conhecimento dos imóveis urbanos da Contratante, aspectos relevantes para a sua potencialização econômica. O contrato prevê pagamento de honorários de sucesso, a depender da performance da Contratada.					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Terra Consult Consultoria Ltda.	12/01/2026	2.700.000,00	0,00	R\$ 2.700.000,00	1 ano.	Não aplicável
Relação com o emissor	A sociedade tem como único quotista e administrador o Sr. José Luiz Aliperti Neto, integrante do bloco de controle da Aliperti.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria relativos a imóveis rurais.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido: (i) de comum acordo pelas Partes, por escrito; (ii) unilateralmente, por qualquer das Partes, sem qualquer motivo, mediante notificação escrita com 30 dias de antecedência à outra Parte; (iii) pela Contratada, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratante, desde que não seja sanado em 30 dias; e (iv) pela Contratante, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratada, desde que não seja sanado em 30 dias.					
Natureza e razão para a operação	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de fornecer suporte especializado para a administração e potencialização econômica do portfólio imobiliário rural da Contratante, contribuindo para a gestão dos ativos e para o desenvolvimento de novos projetos. Para a contratação, a Contratante considerou a experiência da Contratada no setor rural, bem como o seu profundo conhecimento dos imóveis rurais da Contratante, aspectos relevantes para a sua potencialização econômica. O contrato prevê pagamento de honorários de sucesso, a depender da performance da Contratada.					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Itens "a" e "o"

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas**
- b. relação das partes com o emissor**
- c. data da transação**
- d. objeto do contrato**
- e. se o emissor é credor ou devedor**
- f. montante envolvido no negócio**
- g. saldo existente**
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir**
- i. garantias e seguros relacionados**
- j. duração**
- k. condições de rescisão ou extinção**
- l. natureza e razões para a operação**
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável**
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

11.2 Itens



Nome das partes relacionadas:	Terra Consult Consultoria Ltda.
Relação com o emissor:	A sociedade tem como único quotista e administrador o Sr. José Luiz Aliperti Neto, integrante do bloco de controle da Aliperti.
Data da transação:	12/01/2026.
Objeto do contrato:	Prestação de serviços de consultoria relativos a imóveis rurais.
Posição contratual do emissor (credor ou devedor?):	A Agroeldorado Agricultura Pecuária Ltda., controlada da Aliperti, é a Contratante dos serviços, assumindo, portanto, a posição contratual de devedora.
Montante envolvido no negócio:	Honorários fixos de R\$ 2.700.000,00, bem como honorários de sucesso, a depender da performance da Contratada.
Saldo existente:	Os honorários fixos foram integralmente pagos, sendo apropriados mensalmente no resultado, restando saldo contábil de R\$ 1.350.000,00.
Montante correspondente ao interesse da parte relacionada, se possível aferir:	R\$ 2.700.000,00.
Garantias e seguros:	Não aplicável.
Duração:	1 ano.
Condições de rescisão ou extinção:	O contrato poderá ser rescindido: (i) de comum acordo pelas Partes, por escrito; (ii) unilateralmente, por qualquer das Partes, sem qualquer motivo, mediante notificação escrita com 30 dias de antecedência à outra Parte; (iii) pela Contratada, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratante, desde que não seja sanado em 30 dias; e (iv) pela Contratante, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratada, desde que não seja sanado em 30 dias.
Natureza e razão para a operação:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de fornecer suporte especializado para a administração e potencialização econômica do portfólio imobiliário rural da Contratante, contribuindo para a gestão dos ativos e para o desenvolvimento de novos projetos. Para a contratação, a Contratante considerou a experiência da Contratada no setor rural, bem como o seu profundo conhecimento dos imóveis rurais da Contratante, aspectos relevantes para a sua potencialização econômica.
Taxa de juros cobrada, se aplicável:	Não aplicável.
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses:	O contrato foi celebrado por administradores da Contratante, que não possuíam nenhum

Rua Afonso Aliperti, nº 180, Água Funda, São Paulo, SP, CEP: 04156-090

Telefone: (11) 2137-9800

E-mail: ri@grupoaliperti.com.br

11.2 Itens

	interesse pessoal na transação, e que não estavam em situação de conflito de interesses, tendo sido observados os poderes dos administradores, que agiram visando ao melhor interesse da Contratante e da Aliperti.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:	A remuneração foi estabelecida considerando o escopo dos serviços contratados, a experiência da Contratada no setor e o valor dos ativos envolvidos, cuja potencialização econômica é buscada.

11.2 Itens "B" e "O"

Nome das partes relacionadas:	Prime Estate Consultoria Ltda.
Relação com o emissor:	A sociedade tem como único quotista e administrador o Sr. Caetano Aliperti, integrante do bloco de controle da Aliperti.
Data da transação:	02/01/2026.
Objeto do contrato:	Prestação de serviços de consultoria relativos a imóveis urbanos.
Posição contratual do emissor (credor ou devedor?):	A Agroeldorado Agricultura Pecuária Ltda., controlada da Aliperti, é a Contratante dos serviços, assumindo, portanto, a posição contratual de devedora.
Montante envolvido no negócio:	Honorários fixos de R\$ 2.700.000,00, bem como honorários de sucesso, a depender da performance da Contratada.
Saldo existente:	Os honorários fixos foram integralmente pagos, sendo apropriados mensalmente no resultado, restando saldo contábil de R\$ 1.350.000,00.
Montante correspondente ao interesse da parte relacionada, se possível aferir:	R\$ 2.700.000,00.
Garantias e seguros:	Não aplicável.
Duração:	1 ano.
Condições de rescisão ou extinção:	O contrato poderá ser rescindido: (i) de comum acordo pelas Partes, por escrito; (ii) unilateralmente, por qualquer das Partes, sem qualquer motivo, mediante notificação escrita com 30 dias de antecedência à outra Parte; (iii) pela Contratada, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratante, desde que não seja sanado em 30 dias; e (iv) pela Contratante, em caso de inadimplemento do contrato pela Contratada, desde que não seja sanado em 30 dias.
Natureza e razão para a operação:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de fornecer suporte especializado para a administração e potencialização econômica do portfólio imobiliário urbano da Contratante, contribuindo para a gestão dos ativos e para o desenvolvimento de novos projetos. Para a contratação, a Contratante considerou a experiência da Contratada no setor imobiliário, bem como o seu profundo conhecimento dos imóveis urbanos da Contratante, aspectos relevantes para a sua potencialização econômica.
Taxa de juros cobrada, se aplicável:	Não aplicável.
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses:	O contrato foi celebrado por administradores da Contratante, que não possuíam nenhum

Rua Afonso Aliperti, nº 180, Água Funda, São Paulo, SP, CEP: 04156-090

Telefone: (11) 2137-9800

E-mail: ri@grupoaliperti.com.br

11.2 Itens

	interesse pessoal na transação, e que não estavam em situação de conflito de interesses, tendo sido observados os poderes dos administradores, que agiram visando ao melhor interesse da Contratante e da Aliperti.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:	A remuneração foi estabelecida considerando o escopo dos serviços contratados, a experiência da Contratada no setor e o valor dos ativos envolvidos, cuja potencialização econômica é buscada.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/04/1996		48.964.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
6.250	12.345	18.595

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos**
- b. direito de voto**
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:**
 - i. condições**
 - ii. efeitos sobre o capital social**
- d. direitos no reembolso de capital**
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle**
- f. restrições à circulação**
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:**
 - i. hipóteses de resgate**
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- k. outras características relevantes**

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu nenhum outro tipo de valor mobiliário que não tenha sido ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Companhia uma vez que não temos outros valores mobiliários que não sejam ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil



12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não negociou em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emite títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas



12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve destinação de recursos de oferta pública.

12.9 Outras informações relevantes



12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações de relevância foram apresentadas nos tópicos acima.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Valério Dalla Valle	Diretor Presidente	Substituído	
Joselaine Cristina Bueno	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E FINANCEIRO PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Valério Dalla Valle, italiano, viúvo, administrador de empresas, portador do RNE nº 484945-Y, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-7, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº 180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090, na qualidade de Diretor Presidente e Financeiro da **Aliperti S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.156.931/0001-78, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº 180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090 ("Companhia"), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

D296F5C677FC45E...
Valério Dalla Valle



13.1 Declaração do diretor presidente

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7BD79211-A673-8EF9-81BC-31F8E75C899C

Status: Concluído

Assunto: Complete com o DocuSign: Seção 13 - Declarações + JRD(489507.2).pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 2

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

HELEN CHIQUETANO

Assinatura guiada: Ativado

Rua Affonso Aliperti, 180

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

São Paulo, SP 09639-000

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

helen.chiquetano@agroeldorado.com.br

Endereço IP: 177.144.132.52

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: HELEN CHIQUETANO

Local: DocuSign

29/05/2026 11:19:51

helen.chiquetano@agroeldorado.com.br

Eventos do signatário

Joselaine Cristina Bueno

josi_adv@hotmail.com

55-11989223669 via WhatsApp

Nível de segurança: E-mail, WhatsApp,
Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

E9F61B7CA503440...

Registro de hora e data

Enviado: 29/05/2026 11:27:02

Visualizado: 29/05/2026 11:27:46

Assinado: 29/05/2026 11:37:01

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

josi_adv@hotmail.com

Usando endereço IP: 2a09:bac2:eb0:305a::4d1:37

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/05/2026 11:27:46

ID: f064f463-8735-4119-9231-570deb7fcf84

Valerio Dalla Valle

valerio@aliperti.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Assinado por:

D298F5C677FC45E...

Enviado: 29/05/2026 11:27:01

Reenviado: 29/05/2026 11:28:13

Visualizado: 29/05/2026 11:28:43

Assinado: 29/05/2026 11:34:45

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.144.132.52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/05/2026 11:28:43

ID: 689d405e-0c5d-46e1-addb-9fa8b2e3510f

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
13.1 Declaração do diretor presidente		
Envelope enviado	Com hash/criptografado	29/05/2026 11:27:02
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:28:12
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Entrega certificada	Segurança verificada	29/05/2026 11:28:43
Assinatura concluída	Segurança verificada	29/05/2026 11:34:45
Concluído	Segurança verificada	29/05/2026 11:37:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor presidente

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor presidente

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: josi.bueno@agroeldorado.com.br

To advise AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor presidente

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA during the course of your relationship with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORA JURÍDICA, OPERACIONAL E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Joselaine Cristina Bueno, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32.250.685-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 277.809.528-43, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº 180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090, na qualidade de Diretora Jurídica, Operacional e de Relação com Investidores da **Aliperti S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.156.931/0001-78, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº 180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090 ("Companhia"), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

E9F61B7CA503440...
Joselaine Cristina Bueno



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7BD79211-A673-8EF9-81BC-31F8E75C899C

Status: Concluído

Assunto: Complete com o DocuSign: Seção 13 - Declarações + JRD(489507.2).pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2

Assinaturas: 2

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

HELEN CHIQUETANO

Assinatura guiada: Ativado

Rua Affonso Aliperti, 180

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

São Paulo, SP 09639-000

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

helen.chiquetano@agroeldorado.com.br

Endereço IP: 177.144.132.52

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: HELEN CHIQUETANO

Local: DocuSign

29/05/2026 11:19:51

helen.chiquetano@agroeldorado.com.br

Eventos do signatário

Joselaine Cristina Bueno

josi_adv@hotmail.com

55-11989223669 via WhatsApp

Nível de segurança: E-mail, WhatsApp,
Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

 E9F61B7CA503440...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

josi_adv@hotmail.com

Usando endereço IP: 2a09:bac2:eb0:305a::4d1:37

Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 29/05/2026 11:27:02

Visualizado: 29/05/2026 11:27:46

Assinado: 29/05/2026 11:37:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/05/2026 11:27:46

ID: f064f463-8735-4119-9231-570deb7fcf84

Valerio Dalla Valle

valerio@aliperti.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Assinado por:

 D298F5C677FC45E...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.144.132.52

Enviado: 29/05/2026 11:27:01

Reenviado: 29/05/2026 11:28:13

Visualizado: 29/05/2026 11:28:43

Assinado: 29/05/2026 11:34:45

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/05/2026 11:28:43

ID: 689d405e-0c5d-46e1-addb-9fa8b2e3510f

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora

Eventos de resumo do envelope		
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores		
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Côm hash/criptografado	29/05/2026 11:27:02
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:28:12
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Envelope atualizado	Segurança verificada	29/05/2026 11:33:29
Entrega certificada	Segurança verificada	29/05/2026 11:28:43
Assinatura concluída	Segurança verificada	29/05/2026 11:34:45
Concluído	Segurança verificada	29/05/2026 11:37:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: josi.bueno@agroeldorado.com.br

To advise AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to josi.bueno@agroeldorado.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA during the course of your relationship with AGROELDORADO AGRICULTURA PECUÁRIA LTDA.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Valério Dalla Valle	Diretor Presidente/Relações com Investidores

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
Valério Dalla Valle	Diretor Presidente	V1 - V1
Joselaine Cristina Bueno	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V1
Valério Dalla Valle	Diretor Presidente/Relações com Investidores	V2 - V2

13.2 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Valério Dalla Valle, italiano, viúvo, administrador de empresas, portador do RNE nº 484945-Y, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.525.298-7, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090, na qualidade de Diretor Presidente e de Relação com Investidores da **ALIPERTI S.A**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.156.931/0001-78, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Aliperti, nº180, térreo, Água Funda, CEP 04156-090 ("Companhia") para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

- a. reviu o formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

D296F5C677FC45E...
Valério Dalla Valle